



Centro de Estudos de
Segurança e Cidadania

MÍDIA E VIOLÊNCIA **COMO OS JORNAIS RETRATAM A VIOLÊNCIA E** **A SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL**

Silvia Ramos e Anabela Paiva

Coordenadoras

Relatório preliminar de pesquisa

Consultoria: Guilherme Canela

Estatística: Greice Conceição

Equipe da Pesquisa

Coordenação de Classificação: Angélica de Faria Silva

Classificação: Flávia da Silva Freire, Guilherme Barbosa Reis da Silva e Leonardo Bento

Clipping: Elaine Jayme Ramos

Banco de Dados: Wilson Rizzo e Marina Fernandes Filha

Apoio



Parceria



Mai de 2005

Mídia e Violência

Como os jornais retratam a violência e a segurança pública no Brasil

Relatório preliminar

Sumário

1 Quando a pauta é a mídia	3
2 Metodologia	5
3 Primeiros resultados	9
4 Forças de Segurança: as estrelas do noticiário	18
5 Ato violento: a rotina das redações	22
6 Sistema Penitenciário: o vislumbre das políticas públicas	27
7 Judiciário, Ministério Público e Legislação	28
8 Políticas de Segurança: a rara presença dos debates de fundo	29
9 Sociedade civil Direitos Humanos, Campanhas e protestos: os ausentes da cobertura	31
10 Os fenômenos da violência: a baixa incidência de causas, soluções, conseqüências e discussões	32
11 Estatísticas: um mundo sem dados	33
12 Tratamento das notícias: duas perspectivas convivendo	34
13 Conclusões	39

Anexo 1: Tabelas de cruzamentos

Anexo 2: Questionário

1. Quando a pauta é a mídia

De 1980 a 2002, 695 mil brasileiros foram assassinados. A taxa de homicídios no Brasil mais do que duplicou nesses vinte e três anos, passando de 11,7 homicídios por 100 mil habitantes em 1980 para 28,5 homicídios em 2002 – índice que coloca o Brasil entre os países mais violentos do mundo.¹ Durante muito tempo, a sociedade e as instituições brasileiras assistiram a esta matança em silêncio. Afinal, as mortes atingem majoritariamente grupos desfavorecidos: jovens do sexo masculino (especialmente na faixa de 15 a 24 anos), na maioria pobres, quase sempre negros e moradores de periferias ou favelas dos grandes centros urbanos.

A partir dos anos 90, diferentes setores da sociedade despertaram para a gravidade do quadro e começaram a desenvolver ações não só de denúncia desta situação, mas principalmente nos campos das pesquisas e das experiências de gestão de políticas públicas de segurança. Após a experiência na Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro, coordenada por Luiz Eduardo Soares, em 1999, hoje observa-se a presença de pesquisadores das áreas das ciências sociais na gestão de políticas de segurança em vários estados². No início da década de 90 também foram criados o Viva Rio, o Afro Reggae e inúmeras outras iniciativas voltadas para responder aos temas da violência nas cidades e nas favelas. O Instituto Sou da Paz, em São Paulo, foi criado em 1999.

No contexto das mudanças mais importantes ocorridas no país para responder aos problemas da violência urbana, está a mídia. Os jornais também responderam a esta nova percepção da problemática da segurança, alterando estratégias de cobertura e pouco a pouco deixando as velhas práticas das reportagens de polícia, quase sempre sensacionalistas e vinculadas à troca de favores com fontes policiais. Os jornalistas que cobrem a área, geralmente ligados às editorias de reportagem local, hoje são mais qualificados e encontram maior reconhecimento de seus colegas, como seria de se esperar de especialistas num dos temas mais candentes do Brasil.

A mudança é fundamental, já que a mídia tem desempenhado um papel cada vez mais importante no debate público sobre o tema, influenciando a opinião da sociedade e das políticas de Estado. Na apuração do caso Tim Lopes, nas respostas a rebeliões e casos de corrupção nos presídios, na investigação de denúncias de corrupção policial e, mais

¹ É preciso ter em mente que a taxa de homicídios dos países da Europa Ocidental é de aproximadamente 3 homicídios por 100 mil e a dos Estados Unidos é de 5 por 100 mil. Estudo comparativos de Luc Dowdney (*Crianças no tráfico*. 7 Letras, 2003), mostrou que morre-se mais por arma de fogo no Rio de Janeiro do que em países que estiveram em conflito armado, como Iugoslávia, Sierra Leoa, Afeganistão, Uganda, Israel e Colômbia.

² Entre eles em Minas Gerais (Luiz Flávio Saporì, pesquisador da Fundação João Pinheiro, é subsecretário de segurança do Estado) e em São Paulo (Tulio Kahn, pesquisador do Ilanud é diretor de pesquisas da Secretaria de Segurança do Estado).

recentemente, no processo de mobilização e votação no Congresso do Estatuto do Desarmamento, a mídia foi decisiva na qualidade e rapidez das respostas do governo e da sociedade. A campanha pelo desarmamento pode ser tomada como um paradigma da capacidade da mídia de agendar políticas públicas: com a mobilização da mídia, a iniciativa da sociedade civil obteve rápida aprovação no Congresso e a transformação em política de Estado.

Considerando o papel decisivo dos meios de comunicação nos países democráticos para o agendamento de políticas públicas, surpreende que nenhuma pesquisa de fôlego tenha sido realizada até agora pelos centros de estudos da violência e da segurança sobre o tema. Também surpreende que o diálogo entre especialistas em segurança e profissionais de imprensa seja ainda incipiente³, quase sempre limitado a entrevistas eventuais.

Em janeiro de 2004, o CESeC convidou alguns profissionais de comunicação para discutir estratégias de abertura desse diálogo.⁴ Resolvemos que o primeiro passo seria a realização de um diagnóstico sobre como os jornais cobrem a violência no Brasil. A pesquisa foi realizada ao longo de 2004, com a consultoria de Guilherme Canela Godoi e inspirada na metodologia usada pela Agência de Noticiais dos Direitos da Infância (Andi) há vários anos. Os primeiros resultados da pesquisa foram discutidos em uma reunião em fevereiro de 2005.⁵

Agora, neste seminário, apresentamos os resultados encontrados, esperando que eles possam suscitar um debate enriquecedor nas redações e entre profissionais de mídia e segurança pública. Abrir os canais de debate entre estes profissionais é um passo importante para uma melhor compreensão dos fenômenos da violência no Brasil e para a construção de políticas que possam enfrentá-los.

2. Metodologia

Pesquisa quantitativa: novidade no estudo da mídia

A pesquisa realizada pelo CESeC analisou 2514 textos jornalísticos, veiculados pelos jornais *Folha de São Paulo*, *O Estado de São Paulo*, *Agora SP*, *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *O Dia*, *O Estado de Minas*, *Diário da Tarde* e *Hoje em Dia* ao longo de 35 dias distribuídos por

³ Em 2004, o jornal *O Globo* promoveu um curso interno de qualificação de jornalistas sobre segurança pública em parceria com o CRISP/UFMG.

⁴ Estavam presentes nessa reunião Marcelo Beraba, Jorge Antônio Barros, Fernando Molica, Mauro Ventura, Guilherme Canela e Elizabeth Leeds, ex-assessora da Fundação Ford, atualmente pesquisadora da New York University. Também estavam presentes Barbara Soares e Leonarda Musumeci, coordenadoras do CESeC.

⁵ Estavam presentes Marcelo Beraba, Jorge Antônio Barros, Fernando Molica e João Marcelo Hertal, além de Julita Lemgruber e das coordenadoras do CESeC.

5 meses do ano de 2004 (maio a setembro). Diferentemente da maioria das pesquisas sobre a mídia, que se preocupam em analisar o discurso da notícia ou o seu impacto sobre o leitor, nossa pesquisa teve como objetivo perceber tendências da cobertura através da análise quantitativa da produção jornalística sobre violência e segurança pública.

Não nos preocupamos em estudar as variáveis que conduziram a construção da notícia (perfil sócio-cultural e formação do jornalista, relações de poder dentro das redações etc) e nem como o seu conteúdo é percebido por diferentes grupos de leitores. Assim, nos afastamos de uma proposta de estudo que depende sobretudo de interpretações e de juízos de valores prévios. Também não incluímos produtos de entretenimento e as notícias veiculadas por outros meios noticiosos (rádios, televisões e internet).

Por quê? Além das vantagens práticas de monitorar veículos impressos, a escolha foi motivada pelo nosso interesse em perceber que temas estão sendo debatidos nos jornais, com que profundidade e abrangência, quais são os atores sociais envolvidos no debate e identificar possíveis novas tendências. Assim, é possível perceber que aspectos da violência urbana e das políticas de segurança estão sendo apresentados aos que têm poder de decisão e aos formadores de opinião pública, grupos que são fundamentalmente consumidores da chamada mídia impressa.⁶ Buscamos, em última instância, compreender como o debate público foi agendado.

Metodologia e Universo Pesquisado⁷

Diante da impossibilidade logística de acompanhar o noticiário sobre violência, segurança e criminalidade de toda a imprensa brasileira, o CESeC decidiu acompanhar nove jornais sediados nas três principais regiões metropolitanas do país – Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo. Em cada capital, selecionou-se os dois principais veículos formadores de opinião e um terceiro, mais popular. Foram escolhidos:

- Rio de Janeiro: *Jornal do Brasil, O Globo e O Dia*
- São Paulo: *Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e Agora São Paulo*
- Belo Horizonte: *O Estado de Minas, Hoje em Dia e Diário da Tarde*

⁶ Desde os anos 90 estudiosos de comunicação observam a capacidade de “agendamento” dos veículos de comunicação sobre os formuladores de políticas públicas. Diante da impossibilidade de atender a todas as demandas de todos os grupos sociais, eles precisam fazer escolhas – e os itens que tiverem sido focalizados com maior intensidade pela mídia terão maiores chances de ser contemplados por ações dos poderes instituídos. No entanto, a cobertura das políticas públicas pela imprensa é irregular e muitas vezes – como ocorre no caso da segurança pública – focalizada na sua execução. Processos de construção das políticas, como votações sobre orçamento e o diálogo com setores da sociedade são, muitas vezes, ignorados.

⁷ A metodologia construída para a presente pesquisa foi, em muitos e relevantes aspectos, inspirada no trabalho desenvolvido há quase 15 anos pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância. Ver especialmente a

Em média, os nove jornais juntos somam 1,2 milhões de exemplares vendidos diariamente⁸. Durante cinco meses, a equipe do CESeC esquadrinhou as suas páginas, reunindo reportagens, artigos, colunas, colunas de notas e as pequenas notas noticiosas chamadas nas redações de colunão.

Para selecionar a amostra a ser analisada, optamos por uma técnica de amostragem conhecida como semana composta, adequada numa pesquisa que tem o objetivo de identificar tendências gerais da cobertura, ou seja, o tratamento editorial dos temas ligados à violência ao longo de determinado período de tempo.

Semana composta

Este método de seleção de amostras parte do pressuposto de que a cobertura dos distintos veículos apresenta características gerais semelhantes ao longo dos dias da semana. Ou seja, se observarmos um número infinito de segundas, terças, quartas, quintas, sextas, sábados e domingos, verificaremos que os perfis quantitativos da cobertura dentro de cada um destes dias é muito parecido. Evidentemente, este raciocínio não é válido quando se quer avaliar uma cobertura numa seqüência temporal específica. Se o objetivo fosse estudar o tratamento editorial das eliminatórias para a Copa do Mundo, não seria possível utilizar uma amostra sorteada aleatoriamente: seria necessário que a véspera e o dia seguinte a cada jogo fizesse parte do universo amostral.

Entretanto, se a intenção é analisar a cobertura de esportes como um todo, não há necessidade de acompanhar um período seqüencial ou determinado de dias. Ao contrário: se há a impossibilidade logística de se avaliar o universo de matérias (dado o volume de textos publicados), a melhor alternativa é a análise de uma seleção aleatória, porém representativa, de dias ao longo do período estudado. Uma avaliação de uma semana corrida dentro de determinado mês, por exemplo, poderia conferir, dentro da cobertura geral, um peso desproporcional a determinado tema que só tenha tido repercussão ao longo daquele período.

A definição do período de tempo da seleção dos textos foi absolutamente arbitrária e condicionada pelos prazos e intenções pragmáticas da presente pesquisa. Como nossa pretensão foi concluir um estudo piloto em um ano, foram escolhidos os cinco meses que vão de maio a setembro de 2004.

Foram sorteados 7 dias de cada um dos meses pesquisados. Na medida do possível, os dias deveriam estar distribuídos de forma equânime pelas semanas reais componentes do

publicação *Balas Perdidas: um olhar sobre o comportamento da imprensa brasileira quando a criança e o adolescente estão na pauta da Violência* (2001).

referido mês; além disso, esta semana artificialmente construída deveria possuir os mesmos *dias* de uma semana real (uma segunda, uma terça, uma quarta, uma quinta, um sábado e um domingo). Ao final, nosso universo amostral correspondeu a 35 dias ou 22,88% de todos os dias do período.

Foco na violência urbana

A complexidade de temáticas como segurança pública e criminalidade exige analisá-las através de um recorte arbitrário. No caso da presente pesquisa, decidimos concentrar o foco sobre a violência urbana, já que as cidades concentram 80% da população brasileira⁹ e também os atos violentos¹⁰.

Os assuntos escolhidos foram: criminalidade; políticas de segurança; forças de segurança; sistema penitenciário; justiça; reações da sociedade civil; pesquisas e legislação.

A violência no campo não foi objeto da pesquisa, já que está ligada a dinâmicas sociais diversas das encontradas nos grandes centros urbanos. Os chamados crimes de colarinho branco e o contrabando também não foram considerados nesta pesquisa.

Feita a clipagem dos textos referentes aos assuntos citados, a amostra resultou em um universo de 2514 itens. Cada uma das notas, colunões, artigos, colunas, editoriais e reportagens foi analisada em um questionário construído especialmente para este fim.

Questionário à prova de interpretações

A construção do questionário aplicado para analisar os textos selecionados é um ponto central em uma pesquisa como esta. Neste instrumento já estão embutidas as principais hipóteses que se deseja testar e os elementos e variáveis que se quer medir. Com a assessoria do consultor Guilherme Canela de Sousa Godoi, responsável pelas pesquisas da Agência Nacional dos Direitos da Infância (Andi), o CESeC procurou construir um questionário que fosse o mais abrangente e preciso o possível, permitindo assim a classificação detalhada das notícias e reduzindo as interpretações por parte dos pesquisadores. Elaboramos um questionário de 71 perguntas, que indagavam desde o assunto central da reportagem até

⁸ As informações sobre tiragem foram obtidas através de entrevistas com os editores dos jornais. O número representa a soma das médias da tiragem diária dos jornais incluindo fins-de-semana.

⁹ Dados do Censo Demográfico de 2000 do IBGE, divulgados na publicação *Brasil em Síntese* (http://www.ibge.gov.br/brasil_em_sintese/default.htm)

¹⁰ Tomando as taxas de homicídio das regiões do Brasil (2003), verificamos que, exceto na Região Centro Oeste, em todas as regiões as taxas das capitais são expressivamente mais altas que as da região. Por exemplo, taxa de 28,8 homicídios por 100 mil habitantes na região Sudeste e de 40 nas capitais dessa região. Taxa de 20,5 no Nordeste e de 32 nas capitais; 18,5 no Norte e 23,7 nas capitais; taxa de 13,4 no Sul e 24,8 nas capitais. Fonte: Secretaria Nacional de Segurança (Senasp) – www.mj.gov.br/senasp.

detalhes sobre o ato criminoso, passando pelas características de cada texto. (Veja cópia do questionário no Anexo I.) Quatro classificadores, todos estudantes das áreas de ciências sociais e jornalismo, foram treinados para assegurar que as mais de 570 opções de respostas fossem preenchidas sempre segundo os mesmos critérios.

As principais questões se dividiram em:

1. **Foco central:** principal assunto discutido pelo texto analisado (ato violento, forças de segurança, sistema penitenciário, judiciário etc);
2. **Enquadramento:** diz respeito ao ângulo pelo qual o assunto foi tratado. Uma reportagem sobre o sistema penitenciário pode ser feita a partir do ponto de vista do poder público, das ONGs, da legislação, dos organismos internacionais etc;
3. **Temas específicos:** temas como sistema penitenciário, forças de segurança, poder público e atos violentos foram detalhados a partir de uma série de questões adicionais;
4. **Qualidade do texto/contextualização:** para avaliar a profundidade e abrangência dos textos, indagou-se se as matérias traziam causas, conseqüências e soluções, discussões de gênero, raça/etnia, legislação, estatísticas e outras;
5. **Questões jornalísticas:** as características do tratamento editorial propriamente dito também foram pesquisadas, com itens como fontes citadas, localização do texto na estrutura de cadernos do veículo, responsáveis pelo texto e tipo de texto jornalístico utilizado.

Os dados destes questionários foram inseridos em um banco de dados construído em DBase e convertido em SPSS criado especialmente para este fim. O cruzamento dos dados permitiu uma série de correlações que serão expostas nas próximas seções.

3. Primeiros resultados

Foco geográfico: o Rio na berlinda

Ainda que todos os nove veículos tenham sido pesquisados durante os mesmos dias, dois jornais do Rio de Janeiro – *O Dia* e *O Globo* – claramente assumiram uma posição de destaque no volume de notícias sobre violência publicadas nos dias da amostra. Curiosamente, o número de notícias dos demais veículos foi bastante similar, com exceção do mineiro *Hoje em Dia*, que ficou bem abaixo dos demais.

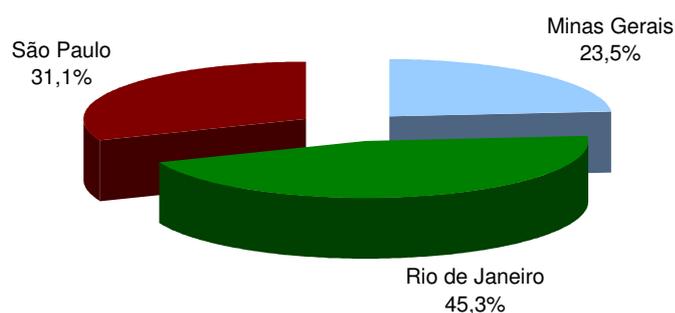
Tabela 1: Número de textos por Jornal

Jornal	N	%
O Dia	505	20,1
O Globo	432	17,2
Agora	304	12,1
Estado de Minas	250	9,9
O Estado de São Paulo	246	9,8
Folha de São Paulo	233	9,3
Diário da Tarde	232	9,2
Jornal do Brasil	202	8,0
Hoje Em Dia	110	4,4
Total	2514	100,0

As coberturas de *O Dia* e de *O Globo* responderam por 37,3% da amostra: somando as notícias dos dois à cobertura do *JB*, percebe-se que os três jornais do Rio de Janeiro acabam por ser responsáveis por 45,3% dos textos analisados, ainda que estes três diários representem um terço dos veículos pesquisados (**Gráfico 1**). Do ponto de vista da posição nacional dos jornais, os dados não deixam dúvidas de que *O Globo*, frente a veículos de porte similar, como *Folha* e *Estadão*, optou por se dedicar de maneira clara e contundente à cobertura de violência, o que não é o caso dos outros dois veículos de porte nacional pesquisados.

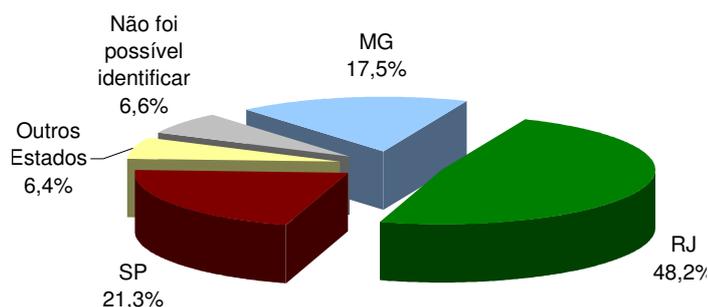
Gráfico 1

Textos segundo estados dos veículos pesquisados



É importante ressaltar que o gráfico acima indica apenas o estado a que pertence o veículo pesquisado, e não o local do qual trata a reportagem. Este dado – o foco geográfico do texto – aparece no gráfico abaixo:

Gráfico 2 - Foco geográfico: de que local trata a matéria
(estado sobre o qual reportava o texto)



Considerando o foco geográfico das matérias, o Rio de Janeiro aparece no centro da cobertura sobre violência, criminalidade e segurança. Quase a metade dos textos analisados diz respeito ao estado, enquanto os 51,8% restantes se dividem entre São Paulo (21,3%), Minas Gerais (17,5%) e outros estados (6,4%). Há ainda uma parcela de textos (6,6%) na qual não é possível identificar o local da notícia – em geral, itens que falam do país como um todo. As tabelas abaixo mostram como os percentuais do gráfico 2 se apresentam quando estudados de acordo com as cidades de origem dos jornais e de cada veículo.

Tabela 2 - Número de textos por cidades segundo a unidade da federação de que trata o texto

Unidade da Federação	Cidade do jornal						Total	
	Belo Horizonte		Rio de Janeiro		São Paulo		nº	%
	Nº	%	nº	%	nº	%		
RJ	51	8,7	983	85,8	179	22,8	1213	48,2
SP	56	9,6	32	2,8	447	56,9	535	21,3
MG	409	70,2	9	0,8	22	2,8	440	17,5
Outras	33	5,7	52	4,5	74	9,4	159	6,3
NFPI	34	5,8	70	6,1	63	8,0	167	6,6
Total	583	100,0	1146	100,0	785	100,0	2514	100,0

Nota: NFPI – Não foi possível identificar

Tabela 3: Número de textos por veículos segundo unidade da federação de que a matéria trata

Unidade da Federação		Jornal								
		O Globo	Folha de São Paulo	O Dia	Estado de Minas	Diário da Tarde	Hoje Em Dia	Estado de São Paulo	Agora	Jornal do Brasil
RJ	nº	337	67	477	26	26	3	70	41	166
	%	78,0%	28,8%	94,5%	10,4%	11,2%	2,7%	28,5%	13,5%	82,2%
SP	nº	24	109	7	21	33	4	110	227	-
	%	5,6%	46,8%	1,4%	8,4%	14,2%	3,6%	44,7%	74,7%	-
MG	nº	4	8	1	168	157	87	11	3	1
	%	0,9%	3,4%	0,2%	67,2%	67,7%	79,1%	4,5%	1,0%	0,5%
Outros	nº	36	22	4	16	10	7	34	18	12
	%	8,3%	9,4%	0,8%	6,4%	4,3%	6,4%	13,8%	5,9%	5,9%
NFPI	nº	31	27	16	19	6	9	21	15	23
	%	7,2%	11,6%	3,2%	7,6%	2,6%	8,2%	8,5%	4,9%	11,4%
Total	nº	432	233	505	250	232	110	246	304	202
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Nota: NFPI – Não foi possível identificar

A predominância de textos sobre o Rio de Janeiro parece ser devida a diferentes estratégias editoriais na abordagem das notícias relacionadas à violência. Os jornais do Rio mostram-se fortemente centrados nas questões locais: *O Dia*, por exemplo, dedicou 94,5% dos textos da amostra à criminalidade e à segurança no Estado do Rio de Janeiro, seguido pelo *JB* (82,2%) e *O Globo* (78%). Todos estes percentuais estão acima dos verificados pelos outros jornais em relação aos seus estados de origem. O jornal paulista *Agora* destinou 74,7% de seu espaço à violência no Estado de São Paulo, acompanhado pela *Folha* (46,8%) e pelo *Estado de S. Paulo* (44,7%). Em Minas, a exceção ficou por conta do *Hoje em Dia*, que com 79,1% praticamente empata com *O Globo* em percentual de cobertura local, seguido pelo *Diário da Tarde* (67,7%) e pelo *Estado de Minas* (67,2%).

A opção dos jornais cariocas de concentrar esforços na cobertura da violência no Estado do Rio de Janeiro pode ser vista como uma louvável tentativa de denunciar, analisar, retratar e debater a dramática crise vivida pelos fluminenses na área da segurança pública. Mas também deixa de oferecer aos leitores a chance de comparar a situação do Rio com a de outros estados. Um exemplo: ao longo de todo o período analisado, o *Jornal do Brasil* não produziu uma única matéria sobre a violência em São Paulo.

Ao mesmo tempo, a *Folha* e o *Estado de S. Paulo* dedicaram considerável espaço às notícias do Rio de Janeiro. Na *Folha*, as notícias sobre o Rio somaram 28,8%, contra 46,8% sobre São Paulo e apenas 3,4% sobre Minas Gerais. No *Estado de S. Paulo*, os textos de temática paulista somaram 44,7%, enquanto as matérias sobre o Rio são 28,5%. As reportagens, artigos e notas sobre Minas Gerais somam 4,5%.

Quando analisado como um todo, o quadro se mostra mais equilibrado: das reportagens sobre a violência no Rio, 19,2% foi gerada por jornais de Minas e São Paulo. Ou seja: 80,8% da cobertura sobre o Rio de Janeiro provém de jornais cariocas. As notícias sobre

a violência em Minas Gerais provém em 93,6% dos casos de jornais mineiros e a cobertura sobre a violência paulista em 83,37% dos casos foi publicada em jornais daquele estado.

Editorias: concentração nos cadernos locais

A localização das matérias pelos cadernos indica que a cobertura de violência ainda se concentra nos cadernos de cobertura do noticiário local: 83% dos textos foram clípedos de cadernos como Cotidiano, Cidade e similares. Interessante notar que o amplo espaço que as questões da segurança pública ocupam nas questões políticas e na vida econômica do país não encontra correspondência nas páginas das editoriais que cuidam destas temáticas.

O empobrecimento da cobertura resultante deste confinamento das notícias sobre violência e segurança aparece quando cruzamos os dados sobre as editorias das matérias com os enquadramentos dos textos. Quando cruzamos as editorias pelos tipos de enquadramentos (veja tabela no Anexo 2) verificamos que os textos localizados nas seções de Opinião e de Política (ou Brasil) lograram produzir outros tipos de enquadramento para além do individualizado. Nos cadernos de reportagem local, 82,2% dos textos traziam um enquadramento individualizado da questão da violência.

Tabela 4: Número de textos por Editoria/Caderno na qual foi veiculado o texto¹¹

Editoria	Nº	%
Cotidiano	2100	83,5
Brasil	292	11,6
Opinião	73	2,9
Outras	26	1,0
Colunas de notícias (assinadas)	15	0,6
Dinheiro	6	0,2
Primeira Página	1	0,0
Esportes	1	0,0
Total	2514	100,0

¹¹ As editorias citadas na tabela seguem a nomenclatura da Folha de S. Paulo. A primeira página, naturalmente, é encontrada em todos os jornais; as colunas assinadas variam de veículo para veículo. Mas as demais editorias encontram cadernos correspondentes nos outros jornais, que são, respectivamente: Cidade, País, Editorial, Economia, Esportes, no *Jornal do Brasil*; Rio, O país, Opinião, Economia e Esportes, em *O Globo*; no jornal *O Dia*, Nosso Rio, Dia-a-dia, Nosso Dia, O Dia de Olho pra Você e Geral correspondem a Cotidiano; as outras editorias são Geral, Opinião, Negócios e Economia e Ataque. No *Estado de Minas*, são respectivamente: Gerais, Nacional, Opinião, Economia e Esportes; no *Diário da Tarde*, Cidade/Polícia, País, Opinião, Economia e Esportes; Minas, Brasil/Política, Opinião/Articulistas, Economia e Esportes no *Hoje em Dia*; em *O Estado de S. Paulo*, Cidades/Metrópole, Nacional/Geral, Notas e informações, Economia e Esportes; no *Agora São Paulo*, São Paulo Agora/Polícia Agora, Brasil Agora, Olá Agora, Grana Agora e Vencer Agora

O que é enquadramento?

Ao preencher o questionário da pesquisa, os classificadores buscaram catalogar as notícias de acordo com um enquadramento principal. Uma mesma notícia sobre violência pode ser contada a partir de vários tipos de enquadramento:

- **individualizado** – quando a notícia é tratada como acontecimento único, individual. Exemplo: Jovem morre por bala perdida
- **de poder público** – a partir das políticas estatais. Por exemplo: Governo quer retirar armas das ruas;
- **da sociedade civil** – Ao tratar o assunto pela ótica das organizações não-governamentais. Exemplo: ONGs fazem campanha pelo desarmamento
- **do setor privado** – Aspectos da segurança que envolvem a iniciativa privada. Exemplo: Segurança particular colabora para aumento das taxas de criminalidade
- **de organismos internacionais** – Quando a notícia é construída a partir de relatórios ou pronunciamentos de órgãos internacionais. Exemplo: UNESCO responsabiliza Ministério da Educação pela violência nas escolas brasileiras
- **conceitual** – Quando o texto busca fazer a análise da conjuntura, levantando hipóteses, citando especialistas ou usando dados. Exemplo: Sociedade brasileira assiste a um genocídio de jovens

Tipos de texto: muitos colunões, pouca opinião

O perfil dos textos analisados também indica que os jornais têm abdicado de enriquecer a cobertura sobre violência e segurança com alguns tipos de abordagem. O espaço que os veículos analisados dedicaram a textos opinativos sobre estes temas foi muito reduzido: durante o período da pesquisa, houve pouquíssimos editoriais, artigos e colunas. Mais de um quarto (27%) da cobertura é composta de pequenas notas informativas, sem qualquer tipo de contextualização.

Tabela 5: Número de textos por tipo

Tipo de Texto analisado	Nº	%
Reportagem	1741	69,3
Notas	679	27,0
Editoriais	35	1,4
Artigos assinados	29	1,2
Notas de colunas assinadas	17	0,7
Colunas	8	0,3
Entrevistas	5	0,2
Total	2514	100,0

A evolução da cobertura pelos meses pesquisados mostra que o noticiário não foi marcado por grandes distorções. Todos os meses apresentam percentual de textos bastante similares, ainda que ao separar os dados por jornais haja algumas concentrações aqui e acolá. Caso, por exemplo, da chacina de Benfica, cujas notícias sobre a morte de 30 presos entre 29 e 31 de maio ocupou intensamente as páginas nos dias subsequentes.

Foco central: as forças de segurança em destaque

Ao analisar os principais temas tratados pelas redações (**Tabela 6**), percebe-se que as forças de segurança – nas quais se incluem as várias corporações policiais (Federal, Civil, Militar e Técnica), as Forças Armadas e as guardas municipais – são as protagonistas do noticiário, sendo o assunto de 40,5% dos textos.

Tabela 6: Número de textos por foco central

Foco Central	Nº	%
Forças Segurança	1018	40,5
Ato violento	527	21,0
Desdobramento de ato violento	407	16,2
Sistema Penitenciário	166	6,6
Judiciário/MP/Legislação	101	4,0
Políticas de Segurança	90	3,6
Fenômenos da violência	83	3,3
Sociedade civil/DH	61	2,4
Estatísticas	36	1,4
Outros	25	1,0
Total	2514	100,0

O outro tema dominante é o ato violento em si, assunto de 21% das matérias. Os desdobramentos e repercussões destes atos somam 16,2% – ou seja, 37,2% da cobertura gira em torno de crimes. Mas a análise das matérias deve ser considerada não apenas por aquilo que foi abordado, mas também pelo que não foi. Temáticas centrais como a violência enquanto fenômeno sócio-cultural-político (3,3%) e direitos humanos (2,4%) aparecem muito pouco. Também chama a atenção o pequeno número de reportagens e artigos baseados em estatísticas e pesquisas. Cabe dizer que os resultados por jornal diferem, para o caso do foco central, muito pouco entre si (cada um desses itens será abordado nas seções subsequentes).

Enquadramento: a predominância do foco individualizado

A análise do enquadramento, ou perspectiva, com que as redações apresentam temas ligados à segurança e violência (**Tabela 7**) mostra que a esmagadora maioria das matérias simplesmente relata fatos individualizados – um crime, um assalto, uma prisão. Um percentual relativamente alto de textos (19,3%) foi escrito a partir de uma ótica do poder público. O enquadramento poder público é geralmente associado a notícias sobre políticas públicas – o que implica, portanto, que os jornais têm acompanhado com constância as ações do Estado na área.

Tabela 7: Número de textos por enquadramento do foco

Enquadramento do foco	Nº	%
Individualizado	1950	77,6
Poder público	485	19,3
Sociedade civil	43	1,7
Setor privado	2	0,1
Organismos internacionais	8	0,3
Conceitual	26	1,0
Total	2514	100,0

Isso não significa que a cobertura não apresente deficiências. Mas se comparamos estes dados aos da pesquisa da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (*Balas Perdidas*, de 2001), na qual se constatou que 4,8% dos textos foram enquadrados a partir da perspectiva das políticas públicas, temos uma diferença não desprezível de quase 15%. Para colocar estes dados em perspectiva, no entanto, é preciso lembrar que a pesquisa da Andi abrangeu 60 jornais de todo o país, enquanto a atual pesquisou nove jornais de três das cidades mais desenvolvidas do Brasil, incluindo aí vários dos principais veículos da nossa imprensa.

Apesar das boas novas, a análise do quesito enquadramento da pesquisa ainda aponta desequilíbrios e deficiências na cobertura:

- Com todo o ativismo e a presença da sociedade civil organizada brasileira no campo da violência, somente 1,7% dos textos pesquisados foram enquadrados neste contexto;
- O setor privado praticamente não apareceu nesta cobertura, a despeito do gigantesco mercado de segurança privada no país;¹²
- Discussões de cunho conceitual quase inexistem.

Quando investigamos que tratamento foi dado para os vários temas encontrados na cobertura, verificamos que as notícias sobre atos violentos são sempre escritas a partir de uma perspectiva individualizada (99,1% dos casos). Surpreendentemente, as forças de segurança poucas vezes são enfocadas desde uma perspectiva do poder público. O enquadramento também é individualizado na grande maioria das vezes (85,3%) e, portanto, fortemente conectado ao próprio ato violento ou à ação policial. (Veja a tabela de enquadramentos dos textos segundo o tema no Anexo 1);

¹² No final de 2000 havia 540.334 vigilantes privados cadastrados na Polícia Federal. Os dados estão no Plano Nacional de Segurança. Pública do Partido dos Trabalhadores. Considerando-se a vigilância particular

Na questão dos enquadramentos, por outro lado, há diferenças não desprezíveis entre os jornais pesquisados, as quais começam a sinalizar as características qualitativas destes veículos. Enquanto os chamados grandes jornais (*O Globo, Folha, Estadão*) acabam por apresentar menos notícias sob a ótica individualizada, os jornais mais populares intensificam este tipo de abordagem. *O Estado de Minas* está na média e o *JB* se destaca por ser o veículo que mais publica notícias sob a ótica do poder público. Um resultado indicativo de que ao menos uma parte dos veículos decidiu tentar alcançar na sua cobertura a complexidade dos temas da violência e da criminalidade.

Tabela 8: Número de textos por veículos pesquisados segundo o enquadramento do foco

Enquadramento		Jornal								
		O Globo	Folha de São Paulo	O Dia	Estado de Minas	Diário da Tarde	Hoje Em Dia	Estado de São Paulo	Agora	Jornal do Brasil
Individualizado	nº	299	157	449	186	203	89	169	270	128
	%	69,2%	67,4%	88,9%	74,4%	87,5%	80,9%	68,7%	88,8%	63,4%
Poder público	nº	111	62	49	53	25	19	71	29	66
	%	25,7%	26,6%	9,7%	21,2%	10,8%	17,3%	28,9%	9,5%	32,7%
Sociedade civil	nº	17	4	3	6	-	2	5	3	3
	%	3,9%	1,7%	0,6%	2,4%	-	1,8%	2,0%	1,0%	1,5%
Setor privado	nº	-	1	1	-	-	-	-	-	-
	%	-	0,4%	0,2%	-	-	-	-	-	-
Org. Internacionais	nº	1	2	-	1	1	-	-	2	1
	%	0,2%	0,9%	-	0,4%	0,4%	-	-	0,7%	0,5%
Conceitual	nº	4	7	3	4	3	-	1	-	4
	%	0,9%	3,0%	0,6%	1,6%	1,3%	-	0,4%	-	2,0%
Total	nº	432	233	505	250	232	110	246	304	202
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Abrangência e profundidade

Ao relacionar os dados sobre enquadramento dos textos com a análise da abrangência dos textos (**Tabela 9**), percebemos que o enquadramento pela ótica do poder público acaba por produzir matérias mais contextualizadas, avaliativas e propositivas (21,9% da amostra que contava com este enquadramento), diferentemente do enquadramento individualizado, que é fundamentalmente composto por materiais factuais ou contextuais simples (95,5% dos textos com este perfil). É importante lembrar que as matérias mais contextualizadas, que apresentam dados e fazem propostas, têm maior probabilidade de agendar o debate sobre políticas públicas do que as que simplesmente relatam uma ocorrência.

clandestina e os agentes de segurança pública no segundo emprego (bico), estima-se que o contingente de vigias particulares no Brasil chega a mais de um milhão de pessoas.

Tabela 9: Percentual de textos por enquadramento do foco segundo a abrangência e nível de abordagem

Abrangência e nível de abordagem	Enquadramento do foco						Total
	Individua-lizado	Poder público	Sociedade civil	Setor privado	Organismo Internacional	Conceitual	
Factual	70,6%	41,2%	46,5%	100,0%	37,5%	7,7%	63,8%
Contextual	24,9%	36,9%	27,9%		25,0%	23,1%	27,2%
Contextual explicativo	3,9%	10,3%	16,3%		12,5%	3,8%	5,4%
Avaliativo	,6%	8,9%	7,0%		25,0%	46,2%	2,9%
Propositivo	,1%	2,7%	2,3%			19,2%	,8%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Abrangência e profundidade do texto

Uma das classificações incluídas no questionário de análise foi o nível de aprofundamento e abrangência dos textos selecionados. Estabelecemos cinco categorias, descritas a seguir:

- Factual – simples descrição de um fato;
- Contextual – explica um fato ou assunto e apresenta razões que levaram à sua ocorrência; usa informações de poucas fontes;
- Contextual explicativo – descreve um fato ou assunto de forma pormenorizada, traz informações de fundo, usa ordem cronológica, usa informações de várias fontes, utiliza boxes ou textos de apoio, oferece uma visão ampliada do assunto;
- Avaliativo – faz uma avaliação do assunto, oferece várias opiniões mas traz uma preponderante, que dá o “fecho” ou o “tom” da matéria;
- Propositivo – apresenta um problema e sugere soluções, repercutindo recomendações de especialistas, dirigentes ou usuários; relata experiências bem-sucedidas de solução do problema apresentado.

A análise dos 485 textos escritos a partir da perspectiva do poder público (**Tabela 10**) revelou que 54,6% das matérias se referiam à esfera estadual. O dado indica que os jornais, de certa forma, acompanham o mandato constitucional na área, já que a segurança pública é primordialmente atribuição estadual. Entretanto, chama a atenção o fato de que, em um ano de eleições municipais, os municípios tenham aparecido tão pouco.

Tabela 10: Número de textos por esfera do poder público a que a matéria está centralmente associada

Esfera	Nº	%
Federal	133	27,4
Estadual	265	54,6
Municipal	50	10,3
Parceria entre duas ou mais esferas	25	5,2
Conflito entre duas ou mais esferas	9	1,9
NFPI	3	0,6
Total	485	100,0

Nota: A tabela se refere aos 19,3% dos textos que apresentaram enquadramento poder público.

4. Forças de Segurança, as estrelas do noticiário

Entre os 2514 analisados, 1018 tiveram como foco central as chamadas forças de segurança (Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal, Polícia Técnica, Forças Armadas e guardas municipais). O resultado surpreendente de 40,5% do noticiário dedicado às diversas fações correlacionadas a estas forças, levanta três hipóteses interpretativas: 1) a cobertura de políticas públicas está em alta, visto que não é possível cobrir as forças de segurança sem discutir políticas de segurança e estratégias de segurança cidadã; 2) a mídia está exercendo um papel de controle social da polícia, visto que a está focalizando com intensidade considerável; 3) a cobertura ainda se mantém a reboque da polícia e, mais do que fiscalizá-la, dá voz às corporações policiais e às suas ações cotidianas de “combate à criminalidade”.

Como vimos, a primeira hipótese não se confirma, pois o enquadramento relacionado às forças de segurança é fundamentalmente o enquadramento individualizado, isto é, baseado em casos isolados. Isto nos remete às duas possibilidades seguintes. Mesmo em se tratando de um enquadramento individualizado as redações poderiam estar desempenhando um papel importante de controle social das polícias. De fato, historicamente e em diversas áreas a mídia chamou para si um papel democrático de *watchdog*, especialmente em relação ao Estado. Neste sentido, seria interessante que à pergunta “quem vigia os vigias?” pudéssemos responder: os jornais¹³.

Podemos, de fato, dizer que parece haver uma tendência na consolidação de um jornalismo de fiscalização policial, dado que o segundo maior percentual (16,5%) dentre os textos que abordaram as forças de segurança é o que relata crimes (ou denúncias de crimes) cometidos por policiais. Mas, como mostra a **Tabela 12**, o tratamento editorial da cobertura envolvendo as forças de segurança ainda é muito mais pautado pelo acompanhamento dos diferentes tipos de ação policial (57,6% das notícias que se centraram nas forças de segurança, trabalharam a ação policial).

As matérias, artigos, editoriais e colunas pesquisados focalizam fundamentalmente as Polícias Militar (43,2%) e Civil (32,3%), não sendo desprezível a participação da Polícia Federal (12,1%) e das Forças Armadas (8,3%) (**Tabela 11**). Chama a atenção a baixíssima presença de notícias sobre as guardas municipais (1,0%), a despeito de 2004 ter sido um ano de eleições municipais. Aqui há uma diferenciação importante entre os jornais: aqueles de maior envergadura nacional acabam por equilibrar melhor a cobertura sobre as forças, conferindo um pouco mais de espaço à Polícia Federal, por exemplo. Já os jornais com forte tratamento editorial local tendem a cobrir mais acentuadamente a Polícia Militar e a Civil. É o

caso de *O Dia* (81,8% dos textos que tratavam de forças de segurança, se dedicaram a estas corporações), *Diário da Tarde* (80%), *Hoje em Dia* (86,3%) e *Agora* (80%).

Tabela 11: Número de textos por principal força de segurança mencionada

Força	Nº	%
Polícia Militar (inclui a Rodoviária)	440	43,22
Polícia Civil	329	32,32
Polícia Federal (inclui a Rodoviária)	123	12,08
Forças Armadas (Exército, Marinha, Aeronáutica)	84	8,25
NFPI	32	3,14
Guarda Municipal	10	0,98
Total	1018	100

Nota: 40,5% dos textos abordaram as forças de segurança.

A distribuição dos focos, entretanto, apresenta fortes divergências entre as diferentes forças policiais. Quando a força retratada é a Polícia Federal temos 74,8% de textos abordando as ações policiais e 5,7%, os crimes cometidos por membros daquela corporação. Quando o foco se desvia para a Polícia Militar, estes percentuais são de 50,7% e 24,3% respectivamente. A Polícia Civil, por sua vez, apresenta resultados semelhantes aos da PF: 73,9% e 8,5%. A existência de contingentes expressivamente maiores das polícias militares em relação às polícias civis, a natureza e a visibilidade do trabalho da Polícia Militar (polícia ostensiva, fardada, preventiva e repressiva, em contraste com o trabalho judiciário da Polícia Civil) pode ajudar a explicar essa discrepância.

Os principais temas envolvendo as forças de segurança estão focalizados nos atos delituosos investigados ou reprimidos pelas forças, nos delitos cometidos pelas forças e nos crimes cometidos contra elas. Estas três rubricas perfazem 83,9% da cobertura (**Tabela 12**). Esse tipo de cobertura, centrado na ação do policial ou funcionário público, reflete uma perspectiva limitada sobre o aparelho policial. Os elementos estruturantes desse aparelho, de cujo bom funcionamento depende uma presença eficaz das forças na sociedade, aparecem pouco. Tais elementos, sejam eles ligados às questões corporativas (condições salariais e de trabalho, greves), hierárquicas (punição, disciplina interna, processo de admissão), dos controles (ouvidoria, corregedoria), de qualificação e de gestão (inteligência, polícia comunitária), estão presentes em escala muito reduzida.

¹³ Veja Lemgruber, Musumeci e Cano. *Quem vigia os vigias? Um estudo sobre o controle externo da polícia no Brasil*. Editora Record, 2003.

Tabela 12: Número de textos de forças de segurança por principal temática mencionada

Temas	Nº	%
Ação policial	586	57,6
Crime (ou denúncia de) cometido pelas forças	168	16,5
Crime (ou denúncia de) cometido contra as forças	100	9,8
Utilização das forças armadas no combate à violência urbana	34	3,3
Desarmamento	19	1,9
Questões salariais/condições de trabalho	18	1,8
Greve	16	1,6
Punição	13	1,3
Treinamento/qualificação	11	1,1
Corregedoria	10	1,0
Outros	8	,8
Aumento de contingente/redução	7	,7
Disciplina interna	7	,7
Inteligência policial	7	,7
Compra/uso de equipamentos	5	,5
Ouvidoria	4	,4
Processo de admissão	2	,2
Tratamento de policiais envolvidos em ações letais	2	,2
Polícia comunitária	1	,1
Total	1018	100,0

Nota: 40,5% das matérias analisadas relacionam-se às forças de segurança.

Parece haver, portanto, uma descontinuidade entre as críticas à situação da segurança pública no Brasil e, por conseguinte, à atuação das forças responsáveis por esta área, e a ausência de uma postura mais pró-ativa da imprensa no controle social das políticas e instituições públicas e na decisão de colocar em pauta questões estruturais para a segurança pública. Como vimos, a esfera pública de discussões representada pelos jornais restringe o debate às ações individualizadas da polícia ou, o que já é um avanço, aos crimes cometidos pelos membros das forças em questão.

Como um exemplo dessa dissonância, observa-se que enquanto os crimes cometidos por policiais aparecem em 16,5% do material analisado, as notícias ligadas à corregedoria e à ouvidoria aparecem em apenas 1,4%, indicando que ainda predomina um entendimento particularizado das questões da segurança. Alguns jornais publicam mais textos relacionados aos crimes cometidos pela polícia em proporção às outras temáticas relacionadas às forças. É o caso do *Hoje em Dia* (21,6% das notícias sobre as forças são sobre crimes cometidos pela polícia) e da *Folha de São Paulo* (21%). No outro extremo está o *Diário da Tarde*, com apenas 8,9%.

Quando analisamos as ações policiais verificamos que elas estão centradas nas prisões de suspeitos, seguidas de investigações e operações de busca e/ou apreensões de várias naturezas. Trata-se de uma cobertura pautada pela informação rápida, em geral vinda de

delegacias e de batalhões de polícia. (**Tabela 13**). Esses resultados também derrubam cabalmente o mito, tantas vezes repetido por policiais e autoridades de segurança, de que a mídia “só dá destaque às coisas negativas sobre a polícia”. Nada menos do que 585, entre o total de 2514 textos analisados, focalizam ações policiais bem sucedidas: prisões, apreensões, resultados de investigações, mostrando a polícia “em ação”. Na verdade, a pesquisa revela que as polícias têm nos jornais um excelente veículo de divulgação de suas ações e que predominam os “feitos” policiais, onde se imagina que predominam as críticas. Dificilmente outra instituição encarregada de políticas públicas (como por exemplo as da saúde, da educação, ou de saneamento) encontrará tanto espaço nos jornais para divulgar seu trabalho.

Tabela 13: Número de textos de forças de segurança por ação policial

Ação	Nº	%
Prisão de suspeitos	238	40,6
Apreensões/Buscas	175	29,9
Investigação	102	17,4
Confronto/morte de suspeito	63	10,8
Outras	8	1,4
Total	586	100,0

Nota: 57,6% dos textos sobre as forças de segurança, focalizavam a ação policial.

Quando analisamos os crimes cometidos pela polícia verificamos que predominam os crimes relacionados ao envolvimento com o crime e à corrupção, seguidos de denúncias de homicídios. Os casos de tortura, lesão corporal e humilhação tendem a aparecer em proporções menores (**Tabela 14**). É importante reconhecer que em alguns estados brasileiros, como o Rio de Janeiro, a mídia é uma fonte quase solitária de controle externo da ação de polícia, considerando que a ouvidoria é virtualmente inexistente e as corregedorias são extremamente frágeis.

Tabela 14: Número de textos de forças de segurança por crime cometido pelas forças

Crime cometidos pelas forças	Nº	%
Envolvimento com o crime/Corrupção	71	42,26
Homicídio/Suspeita	56	33,33
Lesão/Tortura/Humilhação	34	20,24
Outros	5	2,98
NFPI	2	1,19
Total	168	100

Nota: 16,5% dos textos que abordavam as forças de segurança focalizaram os crimes cometidos por elas.

Violência policial: no Rio de Janeiro a polícia mata mais e morre mais

Em 2004, a polícia do Estado do Rio de Janeiro foi responsável, oficialmente, pela morte de 983 pessoas (676 na capital). Essas mortes são nomeadas “autos de resistência” e os números não entram nas estatísticas de “homicídios”. O número de civis mortos pela polícia em 2004 supera em mais de 300% o de quatro anos antes, indicando uma escalada de uso da força letal pela polícia no estado: em 1999, 298 pessoas foram mortas pela polícia. Em 2004, segundo dados divulgados pela Secretaria de Segurança, foram mortos 80 policiais militares em serviço. Nenhum policial civil foi morto em serviço, mas 30 foram mortos na folga.

Em São Paulo, em 2004, foram mortas 573 pessoas em confronto com a polícia (vítimas de “autos de resistência”). Além disso, segundo a Secretaria de Segurança, 90 pessoas foram mortas por policiais civis e militares em folga. Foram mortos em serviço 25 policiais militares e 2 policiais civis. A secretaria de segurança de São Paulo também divulga, trimestralmente, o número de pessoas feridas por policiais em confronto e fora de serviço.

Em Minas Gerais, em 2004, a polícia matou 103 pessoas, sendo 73 em confronto e 30 por policiais em folga. 25 policiais foram mortos, entre os quais 22 encontravam-se em folga.¹⁴

Por fim, ressalta-se que os textos que centralizam sua discussão nos crimes cometidos contra as forças (9,8% daqueles que focalizam as forças) estavam, em sua maioria, se ocupando das mortes de policiais ou em serviço (33%) ou fora de serviço (27%). (**Tabela 15**).

Tabela 15 - Número de textos de forças de segurança por crime cometido contra as forças

Crimes contra as forças	Nº	%
Morte de policial fora de serviço/agente	33	33,0
Morte de policial em serviço/agente	27	27,0
Atentado/invasão contra instalações	17	17,0
Agressão/lesão de policial	11	11,0
Roubo de armamentos/equipamentos	5	5,0
Outro	5	5,0
NFPI	2	2,0
Total	100	100,0

Nota: 9,8% dos textos que abordavam forças de segurança focalizaram crimes cometidos contra elas.

5. Ato Violento: a rotina das redações

Das matérias analisadas nesta pesquisa, 21% focalizam a ocorrência de um ato criminal. Ainda que 93,4% dos textos que abordam atos violentos indiquem a presença de vítimas e 81,6% mencionem agressores, não são frequentes as matérias que forneçam ao leitor características específicas desses personagens.

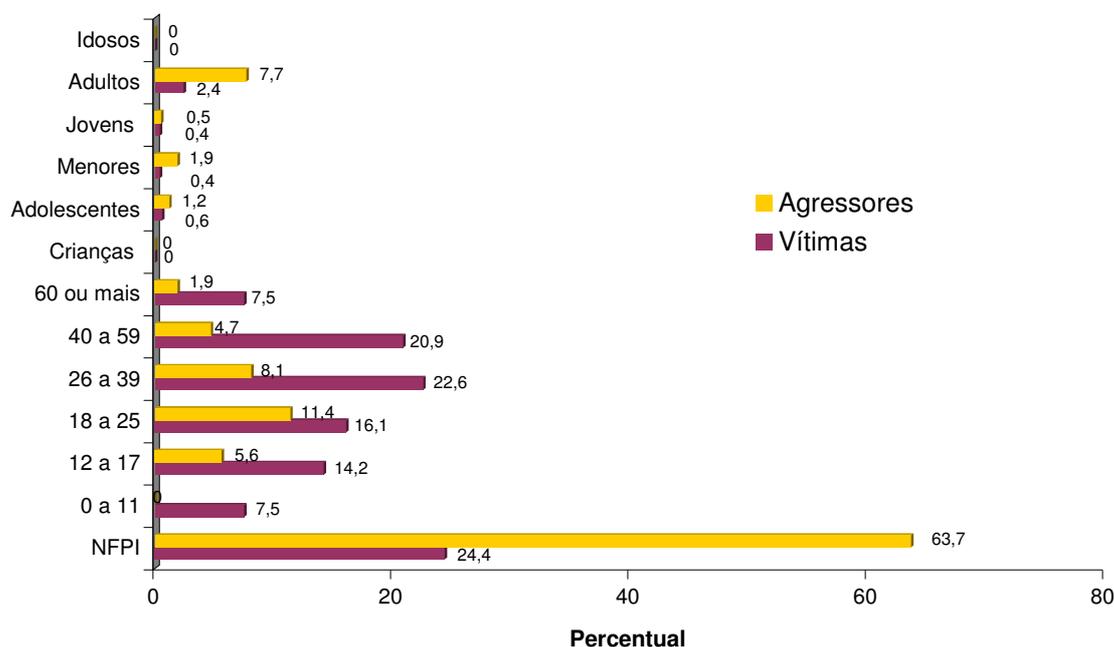
A única informação permanentemente presente é o sexo de vítimas e agressores, facilmente identificado pelos nomes dos envolvidos nos relatos dos crime. Para as vítimas, somente em 3,6% dos casos não foi possível identificar o sexo e para os agressores este número sobre para 9,3%. Dentre aqueles em que é possível identificar, tanto para vítimas

¹⁴ As informações sobre o Rio de Janeiro e São Paulo estão disponíveis nos sites das secretarias de segurança (www.institutodeseguraca.rj.gov.br e www.seguraca.sp.gov.br). As informações sobre Minas Gerais foram fornecidas pelo serviço de estatística do CPC (Comando de Policiamento da Capital) da PMMG.

como para agressores, há uma predominância de personagens do sexo masculino. As vítimas do sexo masculino correspondem a 81% dos casos em que há vítimas identificadas, e as do sexo feminino a 34%¹⁵. Já entre os agressores, o sexo masculino aparece em 88% das vezes e o feminino em apenas 8%.

O número de vezes em que não foi possível identificar a faixa etária das vítimas e agressores é alto. Entre as vítimas, em 24,4% dos casos não foi possível identificar a faixa etária, mesmo a pesquisa tendo se valido de expressões adicionais como crianças, adolescentes, adultos (**Gráfico 3**). Para os agressores este número sobre para 63,7%. Para as vítimas não há uma forte concentração em nenhuma das faixas etárias, ainda que somados adolescentes e jovens respondam por cerca de 1/3 das vítimas cujas idades foram reveladas pelas notícias. Já entre os agressores há uma nítida concentração, nos textos em que a idade foi divulgada, na faixa dos 12 aos 25 anos, com 17% dos casos.

Gráfico 3
Percentual de vítimas e de agressores por faixa etária



¹⁵ Os valores podem somar mais de 100% porque em uma mesma matéria podemos ter vítimas de ambos os sexos.

Notas: Os resultados somam mais de 100% porque uma mesma matéria pode trazer agressores de diferentes faixas etárias.

Sexo e idade das vítimas de violência no Brasil

A distribuição de gênero das vítimas de crimes varia segundo o crime. As vítimas de crimes de homicídio, no Brasil, são predominantemente do sexo masculino (93,9% são homens e 6,1% são mulheres, segundo os dados nacionais do Datasus para 2002). Quando os crimes são as lesões corporais e ameaças, a relação masculino e feminino se inverte e as mulheres passam a ser a maioria. Apesar da subnotificação desse tipo de crime, estudos no Rio de Janeiro com base nos registros policiais de 2001 mostram que 66,5% das vítimas de lesão corporal dolosa e 63% das vítimas de ameaça são mulheres¹⁶.

A distribuição etária dos homicídios é fortemente concentrada nas faixas etárias jovens, em especial entre 15 e 24 anos. Enquanto a taxa de homicídios no Rio de Janeiro, em 2002, era de 51 por 100 mil habitantes, a taxa entre jovens entre 15 e 24 era de mais de 200. O fenômeno se repete em São Paulo e Minas Gerais.

As demais características, de cunho sócio-econômico, são amplamente omitidas pela imprensa. Em mais de 85% dos casos a classe social da vítima é omitida. Para os agressores este número salta para 95%. A cor, tanto das vítimas quanto dos agressores, não é mencionada em mais de 98% dos textos¹⁷.

Em síntese, conforme outras pesquisas têm demonstrado¹⁸, a cobertura de crimes, via de regra, se resume ao esquema “agressor comete tal crime contra vítima”, sem apresentação de detalhes das características de vítimas e agressores. Também não são apresentados outros elementos que permitem ao leitor compreender o delito divulgado no contexto da criminalidade e de respostas à ela. Como veremos na seção sobre estatísticas, até mesmo informações simples como a incidência do crime cometido são raríssimas. Tratam-se, via de regra, de notícias rápidas, com pouco trabalho investigativo e que se resumem à divulgação do fato.

Crimes relatados

O homicídio é, de longe, o tipo de crime mais coberto (44,8% dos atos criminais noticiados). Há uma diferença entre os jornais cariocas e os das demais cidades. Enquanto nos

¹⁶ Fonte: Barbara Soares (CESeC/UCAM).

¹⁷ A menção à cor e à classe social de vítimas e agressores de crimes é um ponto polêmico. Tradicionalmente na sociedade brasileira, cor e criminalidade se associam, predominando a importância dos crimes na medida em que as vítimas são brancas e os agressores são negros. (Ver *Cor e Criminalidade: Estudo e análise da Justiça no Rio de Janeiro de 1900 a 1930*, de Carlos Antônio Costa Ribeiro. Editora UFRJ, 1995). A inexistência de menção à classe social e à cor de vítimas e autores de crimes nos jornais pode contribuir para “naturalizar” uma relação que frequentemente não corresponde à tradição. A grande maioria das vítimas de crimes violentos pertence aos segmentos mais pobres da população e, portanto, aos segmentos onde predominam os negros. Se os jornais não caracterizam as vítimas, não podemos responder à pergunta: a mídia valoriza desproporcionalmente os crimes cujas vítimas são brancas e de classes médias e altas em detrimento dos crimes cujas vítimas são pobres e negras? A resposta parece ser positiva, mas por ausência desses atributos nas notícias analisadas não foi possível mensurar a intensidade do fenômeno.

outros o homicídio é disparado o crime mais coberto (58,5 nos jornais de Belo Horizonte e 46% nos jornais de São Paulo), nos jornais do Rio há um equilíbrio entre homicídio e roubo e furto: 35,2% dos crimes noticiados são homicídios e 32,4% são roubos e furtos. Notícias sobre chacinas apareceram em 3 textos nos jornais de Belo Horizonte e em 3 nos jornais de São Paulo. Notícias sobre seqüestros apareceram em 3% dos textos de Belo Horizonte, em 5,1% do Rio e em 6,8% nos jornais de São Paulo. Notícias sobre bala perdida apareceram apenas nos jornais do Rio de Janeiro (13 casos). Praticamente é nula a presença de notícias sobre violência sexual (apenas 2 matérias em Belo Horizonte e 4 em São Paulo).

Tabela 16: Número de textos de ato violento por tipo de violência cometido/recebido

Tipo de violência cometido/recebido	Nº	%
Homicídio	236	44,78
Roubo e furto	133	25,24
Lesão Corporal (incluindo PAF)	77	14,61
Seqüestros	27	5,12
Bala perdida	13	2,47
Ameaça	7	1,33
Chacina (3 mortes ou mais)	6	1,14
Violência sexual	6	1,14
Drogas	4	0,76
Outros	18	3,42
Total	527	100

Nota: 21% dos textos analisados tratam de atos violentos.

A rua foi palco de 42,1% dos atos violentos noticiados e 20,6% ocorreram na casa ou residência. Em 71,7% dos casos descreveu-se a existência de armas de fogo. Apesar da associação direta, tanto no senso comum, como no discurso veiculado via de regra pela polícia e pela mídia, da relação entre crime e drogas, em apenas 2,2% dos textos as vítimas são associadas ao uso de drogas e os agressores em 2,8% das matérias. A opção sexual das vítimas só é mencionada em 3 textos (0,6%) e dos agressores em 6 textos (1,4%). Em 72,7% das notícias é possível identificar as vítimas através de nomes e em 26,5% é possível identificar os agressores. Em 21,6% das matérias havia descrição minuciosa do corpo da vítima ou da cena do crime..

¹⁸ É o caso da já mencionada pesquisa *Balas Perdidas* (2001) e da pesquisa *O Grito dos Inocentes: os meios de comunicação e a violência sexual contra crianças e adolescentes* (2003). Ambas da Agência de Notícias dos Direitos da Infância.

Tabela 17: Ato violento/crime: qual dos momentos do processo da criminalidade é narrado¹⁹

Etapa	Nº	%
Execução propriamente dita do ato violento	423	80,27
Investigação do crime	51	9,68
Prisão pela polícia dos ainda suspeitos/acusados	47	8,92
Egressos do sistema penitenciário	4	0,76
Julgamento	1	0,19
NFPI	1	0,19
Total	527	100

Nota: 21% dos textos analisados tratam de atos violentos.

NFPI - Não foi possível identificar.

Confirmando as análises feitas até aqui, mais de um quarto (25,3%) das matérias classificadas como ato violento/crime, foram produzidas através de notas (“colunões”) e notas de colunas. É um alto índice de textos descontextualizados, nos quais o crime é noticiado isoladamente e não há elementos que permitam ao leitor aprofundar as relações entre criminalidade, fenômenos da violência e construção de alternativas ou saídas para cada situação, formando uma espécie de massa monolítica de eventos que se sucedem automaticamente. A predominância do crime de homicídio nos jornais, a despeito de sua prevalência comparativamente inferior a outros crimes (como as lesões corporais e os crimes contra o patrimônio: veja box na página seguinte) indica, possivelmente, a importância associada ao crime letal contra a pessoa em relação às outras formas de criminalidade²⁰.

Efetivamente, a quantidade e a proporção de crimes publicados nos jornais não encontra nenhuma correlação com a quantidade e a proporção de crimes registrados; o que nem mesmo seria desejável. Resta perguntar se as redações formulam e praticam critérios conscientes sobre prioridades na publicação de atos violentos. Ou se a edição de notícias é baseada no senso comum, na crença de que determinados interessam aos leitores ou em hábitos estabelecidos há muito tempo nas redações. Seria importante que essas premissas fossem

¹⁹ É importante lembrar que além dos 527 textos cujo foco central era ato violento/crime (21% do total de textos analisados na pesquisa), foram identificadas também 407 matérias (16,1%) cujo foco central era desdobramento ou consequência de ato violento/crime. Em geral, essas matérias diziam respeito a decretação de prisões, julgamentos ou condenações de agressores, estado de saúde ou falecimento de vítimas e repercussões de atos violentos entre familiares, vizinhos das vítimas e na sociedade. Os textos analisados em detalhes (com 29 perguntas adicionais sobre o crime narrado) dizem respeito exclusivamente aos 527 textos classificados como ato violento/crime.

²⁰ Alguns analistas argumentam que uma regra sensacionalista da mídia corresponde ao “*if it bleeds, it leads*” (se sangra, vira manchete). Mas, ao menos no caso brasileiro, os jornais não podem ser acusados de “exagerar” a violência. Entre 1980 e 2002, 695 mil brasileiros foram assassinados. O fato é que durante muitos anos predominou entre os principais jornais do país uma espécie de cortina de silêncio sobre mortes violentas que recaem, há mais de duas décadas, concentradamente sobre jovens, pobres, na maioria negros e moradores de favelas e periferias. A presença de um grande número de notícias sobre violência e segurança não significa que a qualidade da cobertura seja satisfatória, ou que a fórmula sensacionalista não seja frequentemente usada, mas que é positivo que os grandes jornais incorporaram o tema em suas pautas. Para uma discussão sobre o assunto ver “*Si sangra, encabeza las noticias*”, de Tina Rosenberg. In *Violencia y Medios*, Marco Lara Klahn y Ernesto López Portillo Vargas. Mexico, 2004.

avaliadas periodicamente. O fato é que os resultados da pesquisa levam a acreditar que os jornais tocam a seção de notícias sobre crime como se ela não estivesse relacionada às respostas que governo e sociedade terão que criar para superar a situação atual.

Crimes no Rio, São Paulo e Minas Gerais

Tomando o ano de 2004 como base, encontramos nos registros policiais a ocorrência de 6.438 homicídios no estado do Rio de Janeiro, 8.934 homicídios no estado de São Paulo e 3.727 homicídios em Minas Gerais. Isso resulta em uma taxa de homicídios (número de mortes no ano divididos por 100 mil habitantes) de 42,3 para o Rio, 22,4 para São Paulo e 19,62 para Minas Gerais. Os furtos e roubos de veículos registrados no Rio somam 52.092 ocorrências e 186.272 em São Paulo. Em Minas houve 11.030 furtos e 9.740 roubos de veículos. As taxas de furtos e roubos de veículos correspondem a 342,6 no Rio e 476,7 em São Paulo. E a taxa de roubos de veículos em Minas corresponde a 435,10. Em 2004, houve 1.174 casos de estupro notificados no Rio e 3.986 notificações em São Paulo. Houve ainda, segundo registros da polícia dos dois estados, 10 seqüestros no Rio e 112 em São Paulo.

6. Sistema penitenciário: vislumbre das políticas públicas

O sistema penitenciário 6,6% dos textos analisados, ficando em quarto lugar em ordem de importância. A cobertura, na qual novamente predomina o enfoque individualizado, reflete parte dos problemas do sistema penitenciário: 47,6% das notícias sobre o sistema se ocuparam de fugas e rebeliões. Por outro lado, há uma discussão nascente sobre o sistema (condições, construção, superlotação, bloqueio de celulares), retratadas em 24,1% dos textos (**Tabela 20**). Nestes textos os profissionais da imprensa conseguiram avançar para uma investigação dos sistema penitenciário a partir da ótica das políticas públicas: ainda que 51,2% das matérias sobre o sistema tragam uma abordagem individualizada, 46,4% já avançam para um enquadramento desde a perspectiva das políticas públicas.

Os direitos dos detentos aparecem pouco e quando aparecem estão novamente na perspectiva individualizada da denúncia (4,8%). As questões mais institucionais e gerais como os direitos em si, as atividades dentro do sistema e as questões especiais relativas aos presídios femininos, são praticamente inexistentes.

O mesmo ocorre com a discussão sobre corrupção ou a atuação do crime organizado dentro do sistema, as quais tenderam a zero.

No que se refere a diferenças entre os jornais, há uma predominância dos jornais paulistas na cobertura do sistema penitenciário. Os jornais de São Paulo dedicaram 9,6% da cobertura a este tema, em contraste com 4,8% dos jornais de Belo Horizonte e 5,5% dos jornais cariocas. Especialmente no caso da *Folha*, o número de textos deste jornal acerca dos temas do sistema penitenciário é quase o dobro da média geral dos jornais (11,2% em contraste com aos 6,6% do conjunto da amostra). Adicionalmente, o jornal abordou a temática

de maneira diferenciada, ao privilegiar também a discussão envolvendo maus-tratos a detentos. O Estado de São Paulo é a unidade da federação com maior número de presídios e de presos (veja o box), o que pode ser uma explicação para esta pré-disposição dos jornais daquele estado em abordarem o tema.

Tabela 18: Sistema penitenciário: discussão sobre sistema penitenciário

Tema	Nº	%
Fugas e rebeliões	79	47,59
Condições e estrutura carcerária	32	19,28
Outros	24	14,46
Superlotação/direitos	20	12,05
Corrupção/maus tratos	10	6,02
NFPI	1	0,60
Total	166	100

Notas: 6,6% dos textos focalizam o sistema penitenciário
NFPI - Não foi possível identificar.

Sistema Penitenciário no Brasil: São Paulo tem a maioria dos presos

Em novembro de 2003, o Brasil tinha 302.857 presos, 75,3% deles nos sistemas penitenciários e 24,7% nas delegacias. São Paulo é o estado com o maior número de presos: 122.250, representando 40,4% do total. O Rio vem em segundo lugar, com 122.250 presos (8,25%) e Minas Gerais vem logo em seguida, com 23.370 (7,7%). São Paulo destacadamente o maior número de presídios, com 134 estabelecimentos penais, o Rio tem 38 e Minas gerais tem 27. Em 2002, ocorreram 233 rebeliões e 4.422 fugas no Brasil. Entre as rebeliões, 7 ocorreram em Minas, 8 em São Paulo e 27 no Rio. Entre as fugas, 676 ocorreram em Minas, 1.278 em São Paulo e 189 no Rio.²¹

7. Judiciário, Ministério Público e legislação

Mesmo quando se somam os focos no Judiciário, no Ministério Público e nas notícias, artigos e editoriais sobre legislação o resultado é muito pouco expressivo (das 2514 matérias analisadas apenas 110 referiam-se a estes temas, representando 4% de todos os focos).

A análise das 70 notícias sobre Justiça e Ministério Público revelam que, em geral, a cobertura ainda está focalizada nas atribuições cotidianas destes poderes, ou seja, nas ações pontuais que fazem parte dos processos criminais. Não obstante, a inserção destes atores, considerando seu sistema de funcionamento, sua eficiência ou não, ou a realização de política pública através, por exemplo, da aplicação de penas alternativas, é uma discussão ainda incipiente nos meios de comunicação.

²¹ Fonte: Julita Lemgruber. *Arquitetura Institucional do Sistema Único de Segurança – Sistema Penitenciário*. Trabalho apresentado à FIRJAN em 2004.

Ou seja, falta à mídia, bem como, via de regra, à sociedade, uma compreensão destas instituições como pilares do sistema de garantia de direitos e não, tão somente, como investigadoras ou aplicadoras de sentenças.

Tabela 19: Número de Judiciário/MP por assuntos cobertos

Temas	Nº	%
Atribuições investigativas do MP	20	28,57
Prisão decretada/pedida	11	15,71
Sistema de funcionamento	7	10,00
Integrantes do sistema de justiça	7	10,00
Condenação/absolvição/libertação de preso	6	8,57
Ineficiência	4	5,71
Protesto/greve	4	5,71
Aplicação de penas alternativas	3	4,29
Pedido de quebra de sigilo	3	4,29
Outros	3	4,29
Eficiência	1	1,43
Bens apreendidos	1	1,43
Total	70	100

Nota: 2,8% dos textos focalizaram centralmente o poder Judiciário e o Ministério Público.

A atuação do Judiciário e do Ministério Público é baseada nas leis. Apesar disso, a discussão sobre legislação é quase ausente da cobertura: 92,2% dos textos não citaram uma única vez um marco legal pertinente ao tema que se estava discutindo. Os que aparecem com mais frequência são o Código Penal e o Estatuto do Desarmamento, além de outras legislações ordinárias. (**Tabela 20**). Chama a atenção a baixa presença de discussões e debates que vêm percorrendo as últimas décadas, como por exemplo as reformas dos Códigos Penal e de Processo Penal.

Tabela 20: Número de textos de legislação por legislação citada

Legislação citada	Nº	%
Diversas leis	51	2,0
Código Penal	33	1,3
Estatuto do Desarmamento	32	1,3
Projetos de leis	25	1,0
Constituição Federal	16	0,6
Estatuto da Criança e do Adolescente	16	0,6
Outros	13	0,5
Lei de Execuções Penais	10	0,4
Não cita legislação	2318	92,2
Total	2514	100,0

8. Políticas de Segurança: a rara presença dos debates de fundo

Uma das surpresas negativas da pesquisa foi a pequena presença de textos classificados com o foco de políticas de segurança. Das 2514 matérias analisadas, apenas 90 (3,6%) tinham como tema principal os assuntos gerais da segurança pública. Desde os anos 90 as redações extinguiram as suas editorias de Polícia, integrando-as às de Cidade. Este movimento foi acompanhado por um interesse de associar a cobertura de criminalidade à de segurança pública, incluindo a esfera política. Tendo em vista esse processo já tão avançado em cidades como Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo, era de se esperar uma presença maior do assunto na amostra analisada. É claro que textos enquadrados em outros focos (forças policiais, sistema penitenciário, estatística e outros) podem conter, secundariamente, discussões sobre segurança pública, mas mesmo assim os resultados mostram que o campo continua sendo tratado de forma factual e individualizada, com raras iniciativas de coberturas jornalísticas de maior fôlego político e analítico.

Quando analisamos os temas retratados pelos textos classificados em segurança pública verificamos que os assunto mais tratados são centrais para qualquer discussão sobre uma reforma do setor no Brasil. Quase um quarto das matérias tratou de legislação e CPI (24,4%) e um quarto de estrutura e gestão da segurança pública (24,4%), ficando em terceiro lugar os temas relacionados ao desarmamento (17,8%). Os temas orçamento e Fundo Nacional de Segurança aparecem em apenas 9 das 2514 matérias analisadas, com 10% do total do foco de segurança pública. É surpreendente que o baixo orçamento nacional para segurança de todos os estados da Federação (como aliás, mostram os recentes cortes do Fundo Nacional de Segurança Pública: veja box) não tenha sido objeto de mais reportagens, editoriais e colunas de articulistas durante cinco meses.

Tabela 21 - Número de textos de políticas de segurança por tema de discussão

Tema de discussão	Nº	%
Legislação/CPI	22	24,4
Estrutura e Gestão	22	24,4
Desarmamento	16	17,8
Orçamento/Fundo	9	10,0
Políticas sociais	7	7,8
Produção de dados	5	5,6
Outras	5	5,6
Políticas de inteligência	4	4,4
Total	90	100,0

Nota: 3,6% dos textos focalizaram centralmente Segurança Pública.

Segurança Pública: uma questão de investimentos

Os orçamentos devem traduzir as prioridades dos governos. Em 2004, o Fundo Nacional de Segurança Pública, sob administração da Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça, contou com escassos recursos no valor de R\$412 milhões. No mesmo ano, a Secretaria de Segurança do estado de São Paulo mobilizou recursos da ordem de 5 bilhões de reais. Em 2005, o governo federal anunciou um corte de mais de 60% no orçamento do Fundo Nacional de Segurança, que passará a contar com 170 milhões de reais; que representam 3% dos 6 bilhões que o Estado de São Paulo anuncia que vai investir este ano.²² Os investimentos maciços no setor constituem não a única, mas uma das razões pelas quais os indicadores de criminalidade violenta e violência policial vêm caindo em São Paulo.

9. Sociedade civil, direitos humanos, campanhas e protestos: os ausentes da cobertura

Um segundo dado impactante da pesquisa, frente às dimensões assumidas pela sociedade civil no Brasil desde a democratização, é a ausência quase total de focalização do chamado terceiro setor: apenas 61 textos, entre os 2514 analisados (isto é, 2,4%) tinham como foco central ações da sociedade civil organizada, os temas dos direitos humanos e as iniciativas dos movimentos sociais. Quando apareciam, em geral eram pautadas por eventos. Nos três jornais de São Paulo essa presença é ligeiramente superior, com 3,2%. Quando tomamos os jornais isoladamente, o destaque fica para a *Folha de São Paulo*, com 5,6% de seus textos dedicados ao tema, seguido do *Estado de Minas*, com 4%. No polo oposto está o jornal mineiro *Diário da Tarde*, com apenas uma matéria sobre o assunto (0,4%).

Quando observamos a presença de fontes diretamente associadas à chamada sociedade civil organizada (em todas as matérias) também verificamos que elas são altamente negligenciadas (correspondem a menos de 1% das principais fontes ouvidas). Mesmo que somemos outros atores também de fora do sistema público ou das forças de segurança – universidades (0,8%), especialistas (1,4%), organismos internacionais (0,6%), conselhos (0,5%), fundações/instituições (0,2%) e associações (1,3%) – não atingiríamos 5% das fontes principalmente ouvidas (veja **Tabela 29** sobre fontes, na última seção).

Essa ausência acaba por gerar uma cobertura pouco diversificada, na qual temas muito caros a estes atores (como direitos humanos, violência enquanto fenômeno social, raça/etnia, gênero e violência doméstica, por exemplo) ficam alijados das discussões. Efetivamente, o resultado final é uma cobertura onde predomina pouca contextualização e pluralidade, e muito dependente da perspectiva de delegados e oficiais de Polícia Militar.

²² Dados foram citados por Julita Lemgruber. Em *Submissos à vontade do crime*. Jornal *O Globo*, 21 de abril de 2005, p. 7.

É importante lembrar que as reformas da saúde e da educação não se fizeram sem a presença marcante da sociedade civil que a mídia, via de regra, soube valorizar. Não será diferente com a reforma do setor de segurança. Se é verdade que a presença de iniciativas da sociedade civil na área de segurança pública não é grande como em outras esferas de políticas sociais, por outro lado é evidente que as iniciativas existentes (de ONGs, universidades e centros de pesquisa, de ordens de advogados e movimentos sociais, como o movimento de mulheres, o movimento negro e o movimento homossexual e outras entidades populares, como grupos de vítimas da violência) tem sido minimizada na cobertura.

10. Os fenômenos da violência: a baixa incidência de causas, soluções, conseqüências e discussões

Apenas 83 textos foram classificados como tendo como foco central fenômenos da violência (3,3%). Adicionalmente, em todos os 2514 textos analisados, independentemente do foco e do enquadramento, os classificadores respondiam se a matéria apresentava causas gerais, soluções gerais e conseqüências gerais para o problema da violência. Apenas 5,4% dos textos apontaram causas, 7,3% soluções e 6,4% conseqüências.

A indicação de causas, soluções e conseqüências é central para o agendamento de um debate produtivo junto à esfera pública sobre quaisquer temáticas. É através da contextualização conceitual que ficam claras as responsabilidades e sobre como devem ser desenhadas as políticas de enfrentamento dos problemas face às causalidades apontadas. Do contrário, apesar de conhecidos, os problemas passam a ser vistos como uma espécie de males inerentes à realidade brasileira e, muitas vezes, são “naturalizados”, quando os atingidos são moradores de favelas e periferias.

A ausência de contextualização acaba por delegar recortes significativos da temática da violência a um virtual esquecimento por parte da imprensa: é o caso das questões específicas ao universo infanto-juvenil (que contou com uma atenção especial em 3,3% dos textos) e da violência doméstica (retratada em apenas 1,3% dos textos). Ou, como já havíamos indicado, os recortes de gênero, restritos aos quase inexistentes 0,8% e os de raça/etnia aos 0,3%.

Tabela 22 - Número de textos por causas, soluções, conseqüências e discussões para o problema da violência

Causas, soluções, conseqüências e discussões para o problema da violência	Nº	%
Total	2514	100,0
Causas		
Sim	135	5,4
Não	2379	94,6
Soluções		
Sim	184	7,3
Não	2330	92,7
Conseqüências		
Sim	162	6,4
Não	2352	93,6
Discussão de gênero		
Sim	21	0,8
Não	2493	99,2
Raça/etnia?		
Sim	8	0,3
Não	2506	99,7

11. Estatísticas: um mundo sem dados

Apenas 36 textos focalizaram centralmente estatísticas, pesquisa ou divulgação de dados, representando 1,4% de todos os focos. Independentemente do foco e do enquadramento, os classificadores respondiam, em todas as 2514 matérias analisadas, se havia menção a estatísticas. De todos os textos analisados, 94,7% não mencionavam quaisquer dados estatísticos. Isto é, apenas 5,3% das matérias reportagens, editoriais, notas e artigos analisados citavam fontes de dados. Impressiona ainda mais que os grandes jornais não se afastem expressivamente da média geral, ainda que apresentem um desempenho levemente melhor. Na *Folha de São Paulo* e no *Jornal do Brasil*, 9,9% dos textos citavam dados estatísticos, seguidos de *O Globo*, com 9,7. Os piores desempenhos ficam com o *Agora* (com 1% dos textos com estatísticas) e *O Dia* (0,8%).

As estatísticas mencionadas se concentraram nas taxas de criminalidade contra a pessoa e o patrimônio, seguidos dos dados sobre as questões da diversidade (racismo, mulheres, minorias). (**Tabela 23**).

Tabela 23 - Número de textos com estatísticas por temas citados

Temas	Nº	%
Criminalidade contra a pessoa	35	1,4
Criminalidade contra patrimônio	21	0,8
Racismo, mulheres, crianças, adolescentes e minorias	20	0,8
Dados sobre o sistema de justiça criminal (polícia, MP, Justiça)	15	0,6
Sistema penitenciário	12	0,5
Outro	11	0,4
Forças armadas	8	0,3
Gastos/custos/impactos econômicos	7	0,3
Vários assuntos diferentes	5	0,2
Não cita estatísticas	2380	94,7
Total	2514	100,0

Nota: 5,3% dos textos mencionam estatísticas

Os principais fornecedores de estatísticas para a imprensa são as secretarias de segurança e as polícias (39,6,4%), os órgãos oficiais de produção de estatísticas, como IBGE, IPEA e outros (17,9%). Chama a atenção a baixa presença das universidades e das instituições acadêmicas de produção de dados, que são centros de análises das estatísticas oficiais e freqüentemente produzem pesquisas próprias voltada para a compreensão dos fenômenos em curso.

Tabela 24 - Número de textos com estatísticas por origem principal dos dados estatísticos

Origem principal dos dados estatísticos	Nº	%
Polícias/Secretarias	53	39,6
IBGE/Estatísticas oficiais	24	17,9
Outros	17	12,7
Universidades/ONGs	16	11,9
Órgãos internacionais	10	7,5
NFPI	14	10,4
Total	134	100,0

Nota: 5,3% dos textos mencionam estatísticas.

NFPI – Não foi possível identificar.

Apesar da baixa utilização de dados estatísticos, o que inviabiliza um olhar mais aprofundado sobre sua utilização, é consistente a constatação de que 54,5% dos textos que mencionam estes dados procuram fazer comparações temporais e/ou geográficas. Entre estes, 42,5% apresentam piora em relação aos índices anteriores.

Tabela 25 – Número de textos com estatísticas por comparação de estatísticas no tempo

Natureza da comparação de estatísticas	Nº	%
Indica piora de índices anteriores	57	42,5
Indica melhora de índices anteriores	11	8,2
NFPI	66	49,3
Total	134	100,0

Quem produz dados sobre violência e segurança pública no Brasil

São duas as principais fontes primárias de dados sobre violência no Brasil. Para os crimes letais contra a pessoa, o país conta com um banco de dados nacional, o Datasus, que pode ser consultado amplamente e sobre o qual é possível produzir vários recortes, como gênero, idade, cor, localidade e outros. O problema é que o Datasus só divulga dados depois de criticar as informações enviadas pelos municípios, o que resulta em um atraso significativo (as informações disponíveis atualmente são de 2002). A segunda fonte são as secretarias de segurança dos estados, cuja produção e acesso aos dados é irregular. A Secretaria Nacional de Segurança Pública (Ministério da Justiça) implantou um banco de dados nacional, onde se encontram as principais estatísticas sobre crimes não letais contra a pessoa e crimes contra o patrimônio. Inúmeros dados sobre segurança pública, contudo, não estão disponíveis no Brasil, como por exemplo o efetivo das polícias, os crimes cometidos por policiais, as taxas de esclarecimento de crimes e vários outros. Há vários centros de pesquisa no Brasil que analisam e interpretam esses dados e produzem outros indicadores, a partir de pesquisas próprias. Todas essas fontes podem ser localizadas na seção de “links” no site do CESeC: www.ucamcesecec.com.br

12. Tratamento da notícia: duas perspectivas

Uma cobertura pouco contextualizada e fundamentada em poucas fontes, muitas vezes exclusivamente policiais, são os aspectos mais negativos observados pela pesquisa. Os aspectos mais positivos mostram que, em linhas gerais, os jornais analisados respeitam os personagens envolvidos nas notícias, não apelam para o sensacionalismo irresponsável e – algumas vezes até na contramão dos anseios de parte dos leitores – recusam-se a adotar uma postura reacionária e desrespeitadora dos direitos humanos.

São muito raras as notícias que sugerem o endurecimento do tratamento com os criminosos ou a restrição de direitos seja uma solução para a questão da violência (0,4%). Apesar de mais frequentes, ainda aparecem em um percentual bastante aquém do que se poderia imaginar o número de matérias que busca enfatizar um sentimento de medo da sociedade frente ao fenômeno da violência urbana (5,6%). Em menor número, estão aquelas que cobrem as mudanças de hábitos dos cidadãos em função da violência em curso (2,5%). Por fim, são desprezíveis os textos que deixam transparecer a idéia de que é possível fazer justiça com as próprias mãos (0,7%).

Tabela 26 - Números de textos por presença de sensacionalismo e discurso “duro” contra o crime

Tipo	Nº	%
Total	2514	100,0
Restrição de direitos dos criminosos e/ou endurecimento do tratamento para com eles pode ser uma saída para o problema da violência		
Sim	11	0,4
Não	2503	99,6
Expressões que remetem a um sentimento de medo da sociedade para com a situação da violência: horror, terror, apavorados e pânico.		
Sim	140	5,6
Não	2374	94,4
Mudança de hábitos cotidianos por conta da violência		
Sim	64	2,5
Não	2450	97,5

Parte significativa da cobertura de atos violentos opta por uma cobertura factual e descontextualizada, porém sem apelos contundentes a práticas sensacionalistas: 78,4% do material não realizava descrições minuciosas dos corpos da vítima e ou da cena do crime. Adicionalmente, apesar do elevado número de matérias que permitem a identificação das vítimas – o que não é proibido pela legislação brasileira, exceto no caso de menores de 18 anos –, há um volume percentual importante de textos (73,5%) que não permitem a identificação dos agressores, o que é condizente com o princípio constitucional da inocência presumida, prática menos comum, por exemplo, nos programas jornalísticos – com foco em violência – da televisão. Nesta linha de raciocínio, é importante observar o número de textos que trouxeram a palavra suspeito (12,7%), indicando algum cuidado em não imputar culpa prévia aos personagens autores de atos delituosos.

A localização de palavras-chave nos textos analisados também permitiu verificar se a cobertura acabava por denotar preconceitos, normalmente associados a expressões muito utilizadas em um ambiente cultural que ainda não assimilou novos paradigmas na área de direitos humanos. Foram poucos os textos que mencionaram a expressão “menor” (5,8%) e nenhum deles trouxe a expressão “menino de rua”, dois termos muito presentes em coberturas que assumem uma posição estigmatizante em relação aos adolescentes em conflito com a lei. A expressão mais usada, “traficante”, aparece em 16% dos textos e é ainda mais presente nos jornais do Rio (20,8%). As expressões “facção” e “comando” aparecem respectivamente em 5,6% e 3% dos textos, sendo sempre mais presentes nos jornais do Rio (8,3% e 3,8%)²³.

²³ É importante mencionar a existência de uma norma jornalística em *O Globo*, que proíbe a divulgação de nomes de facções. Entrevistas com os editores dos nove jornais indicaram que em nenhum outro jornal existem

Tabela 27 – Número de textos por palavras-chave citadas

Palavras-chave	Nº	%
Traficante	401	16,0
Suspeito	319	12,7
Menor	146	5,8
Facção	142	5,6
Comando	75	3,0
Bala perdida	56	2,2
Pitboy	16	0,6
Sequestro-relâmpago	16	0,6
Não apresenta nenhuma	1649	65,6
Total de matérias	2514	100

Concentração de atores e fontes

Quando se analisa quem são os atores sociais citados nos textos (independentemente de serem fontes), as polícias aparecem novamente em destaque, presentes em 83% das matérias. Em grande medida a cobertura ainda mantém conexões muito estreitas com o ambiente da delegacia e o batalhão da polícia militar. Em seguida vêm os poderes executivos, com ênfase nos executivos estaduais.

Conforme já assinalado, a presença ainda tímida da sociedade civil organizada, dos conselhos de garantia de direitos e de outros operadores importantes da justiça criminal acaba por limitar o debate e os enfoques a serem desenvolvidos pela cobertura. Considerar as forças de segurança em uma cobertura de violência parece ser um caminho óbvio. Não obstante, considerar quase que exclusivamente as forças e as autoridades de segurança parece ser um caminho indesejável para uma cobertura plural e de qualidade.

Tabela 28: Número de textos por atores presentes

Atores	Nº	%
Polícias e Forças	2092	83,2
Poderes executivos	739	29,4
Judiciário/MJ/Defensorias	535	21,3
Sociedade civil/Conselhos/Advogados/Outros	300	11,9
Poder Legislativo	247	9,8
Segurança privada	103	4,1

Nota: Os percentuais somam mais de 100%, porque uma matéria pode mencionar mais de um ator.

A análise das fontes corrobora essas impressões. A polícia aparece como a principal fonte ouvida em 32,5% dos textos pesquisados, número que sobe para 43,2% se

orientações tão claras e definidas como esta, à exceção dos cuidados na divulgação dos crimes de sequestro, que é comum a todos os jornais.

desconsiderarmos os 24,8% de textos nos quais não foi possível verificar as fontes consultadas. Vítimas e familiares são fontes principais em 9,7% dos casos e podem ser somados aos 4,6% dos casos em que as fontes são pessoas comuns. Os poderes executivos vêm em seguida, de novo com forte presença dos executivos estaduais, o que denota a importante presença das secretarias de segurança na cobertura.

Tabela 29: Fontes ouvidas (incluindo textos em que não foi possível identificar as fontes)

Fonte principal	Nº	%
Polícias	816	32,5
Vítima e familiares	245	9,7
Executivos (Estadual, federal, municipal)	213	8,5
Outros	175	7,0
Pessoas comuns/testemunhas	115	4,6
Especialistas	107	4,3
MP/Judiciário	102	4,1
Criminosos/Suspeitos	61	2,4
Legislativos	56	2,2
NFPI	624	24,8
Total	2514	100,0

Nota: NFPI – Não foi possível identificar.

A despeito da pequena variação de fontes, é importante salientar que em 1/3 das notícias (36,4%) há apresentação informações fornecidas por mais de uma instituição ou pessoa. Mas somente 10,5% dos textos trazem opiniões divergentes.

Tabela 30 – Número de textos por pluralidade e divergência das fontes

Fontes	Nº	%
Total	2514	100,0
Mais de uma fonte		
Sim	916	36,4
Não	1598	63,6
Opiniões divergentes das fontes	Nº	%
Sim	265	10,5
Não	2249	89,5

A cobertura das histórias individuais: o jornalismo das “ocorrências”

Quando analisamos como as matérias foram inseridas na pauta verificamos que, na esmagadora maioria dos casos (83,6%) foi através de histórias individuais. Em seguida vêm os anúncios oficiais (que incluem não só os anúncios de novas medidas pelos governos, mas também o anúncio de ações das polícias e de estatísticas oficiais). As iniciativas da própria imprensa aparecem em apenas 6,1%.

Tabela 31: Número de textos por inserção da matéria na pauta da imprensa

Inserção na pauta	Nº	%
Histórias individuais	2102	83,6
Anúncios oficiais	181	7,2
Iniciativa da própria imprensa	154	6,1
Outros	65	2,6
Demandas terceiro setor	10	0,4
NFPI	2	0,1
Total	2514	100,0

Nota: NFPI – Não foi possível identificar.

A concentração em histórias individuais, a baixa pluralização do debate e a ausência das temáticas da violência dos espaços de opinião dos veículos acabam por colaborar na construção de um tratamento editorial que raramente consegue avançar para além do factual, apresentando coberturas complexas e problematizadoras ou avaliativas e propositivas: 91% dos textos limitam-se a enunciar brevemente o fato gerador da notícia ou contextualizar muito superficialmente os acontecimentos.

Tabela 32: Número de textos por abrangência e nível de abordagem do assunto

Abrangência e nível de abordagem	Nº	%
Factual	1603	63,8
Contextual	684	27,2
Contextual explicativo	135	5,4
Avaliativo	72	2,9
Propositivo	20	0,8
Total	2514	100,0

Adicionalmente, algumas características editoriais que indicam a relevância dada à cobertura são pouco verificadas. A exceção é a presença de fotos (que aparecem em 36,7% dos textos). Boxes (7,7%) e gráficos, quadros ou mapas (2,1%) raramente são utilizados. Apenas 7,3% dos textos tiveram chamadas na primeira página. Mais raramente foram capa de caderno (4,1%), manchete de primeira página (2,5%) ou manchete de caderno (0,5%).

Tabela 33 – Número de textos por atributos

Atributos	Nº	%
Foto/ilustração	923	36,7
Box	193	7,7
Primeira página	183	7,3
Capa do caderno	104	4,1
Manchete na primeira página	64	2,5
Gráfico/quadro/mapa	54	2,1
Manchete no caderno	13	0,5
Não possui nenhum destes atributos	1463	58,2

13. Conclusões

Em síntese, pode-se concluir que há tendências simultâneas em curso. Por um lado, o volume de notícias sobre os temas da violência e da segurança pública é expressivo, indicando o reconhecimento da importância do assunto, especialmente nos jornais do Rio de Janeiro.

Tudo indica que a maioria dos jornais analisados deixou de praticar as coberturas meramente “criminais” típicas das antigas seções de polícia e passou a tratar de violência e de segurança pública. Além disso, nem mesmo os jornais de venda em banca se excedem no sensacionalismo ou na apelação à “dureza” contra o crime nos moldes clássicos e muito recorrentes no passado.

Por outro lado, a cobertura ainda é altamente dependente das fontes policiais, é extremamente factual, motivada por histórias individuais, pouco contextualizada, com baixa presença de opiniões divergentes e pouquíssimos dados. Novas tendências se vislumbram, com um percentual não desprezível de textos enquadrados na perspectiva das políticas públicas, em particular quando o foco é o sistema penitenciário. As notícias sobre as forças de segurança, ainda que sejam muito expressivas em volume, carecem de elementos que permitam uma reflexão mais profunda e, via de regra, não trazem indicações, para a sociedade e para os governos, dos pontos nevrálgicos a serem enfrentados (ausência de investimentos, necessidade de modernização e de combate implacável à violência e à corrupção policiais). Ainda é pequeno o volume de textos sobre políticas de segurança, de editoriais e de artigos assinados.

Do ponto de vista jornalístico, predomina em grande parte das matérias um tratamento superficial, que revela um investimento ainda pequeno das redações em retratar o setor com a importância que ele tem. Assim, vive-se uma contradição: enquanto a mídia denuncia a gravidade da crise da segurança pública no país, abdica, na maior parte do tempo, do papel de tomar a dianteira no debate sobre o tema – o que poderia motivar ações do Estado mais eficazes e abrangentes.

Uma das críticas mais comuns à polícia é que ela corre atrás do crime, sem capacidade de preveni-lo com planejamento e inteligência. A cobertura jornalística, mesmo dos melhores jornais do país, padece, em parte, dos mesmos problemas. Corre atrás da notícia do crime já ocorrido, ou das ações policiais já executadas, mas tem pouca iniciativa e usa timidamente sua enorme capacidade para pautar um debate público consistente sobre o setor.

Mídia e Violência

Como os jornais retratam a violência e a segurança pública no Brasil

Anexo 1

Tabela 1: Distribuição dos textos por editoria segundo os enquadramentos

Editoria	Enquadramento do Foco						Total
	Individualizado	Poder público	Sociedade civil	Setor privado	Organismos internacionais	Conceitual	
Primeira página	-	100,0%	-	-	-	-	100,0%
Opinião	24,7%	50,7%	4,1%	-	5,5%	15,1%	100,0%
Brasil	60,3%	37,0%	1,7%	-	0,3%	0,7%	100,0%
Cotidiano	82,2%	15,5%	1,6%	0,1%	0,0%	0,6%	100,0%
Esportes	100,0%	-	-	-	-	-	100,0%
Dinheiro	66,7%	16,7%	16,7%	-	-	-	100,0%
Outras	65,4%	26,9%	3,8%	-	3,8%	-	100,0%
Colunas de notícias (assinadas)	53,3%	40,0%	-	-	6,7%	-	100,0%
Total	77,6%	19,3%	1,7%	0,1%	0,3%	1,0%	100,0%

Tabela 2: Distribuição dos textos por foco central segundo os enquadramentos

Foco Central (agregado)	Enquadramento do Foco						Total
	Individualizado	Poder público	Sociedade civil	Setor privado	Organismos internacionais	Conceitual	
Ato violento	99,1%	0,9%	-	-	-	-	100,0%
Forças de segurança	85,3%	14,1%	0,3%	0,1%	0,1%	0,1%	100,0%
Sistema penitenciário	51,2%	46,4%	1,2%	-	-	1,2%	100,0%
Políticas de segurança pública	5,6%	93,3%	-	-	-	1,1%	100,0%
Estatísticas	47,2%	13,9%	19,4%	-	11,1%	8,3%	100,0%
Desdobramento de ato violento	86,2%	13,8%	-	-	-	-	100,0%
Judiciário, Ministério Público e legislação	40,6%	54,5%	2,0%	-	-	3,0%	100,0%
Sociedade civil/DH	16,4%	50,8%	31,1%	-	-	1,6%	100,0%
Fenômenos da violência	32,5%	32,5%	12,0%	1,2%	3,6%	18,1%	100,0%
Outros	96,0%	4,0%	-	-	-	-	100,0%
Total	77,6%	19,3%	1,7%	0,1%	0,3%	1,0%	100,0%

2. () Estadual
 3. () Municipal
 5. () Conflito entre duas ou mais esferas
 6. () Não foi possível verificar (NFPI)

V - Política de segurança pública: Qual a principal política de segurança pública discutida pela matéria? (marcar apenas quando I.8 for assinalada; permite apenas uma marcação)

1. () Orçamento (aumento/diminuição; desvio; destinação dos recursos; verbas para programas específicos)
 2. () Fundo Nacional de Segurança Pública
 3. () Inaugurações/Aquisição de equipamentos para a área de segurança pública
 4. () Estrutura e funcionamento dos órgãos de segurança pública
 5. () Produção de dados pelo setor público
 6. () Gestão (conflitos, novas formas de gestão; má gestão, boas práticas)
 7. () Aumento da Repressão (pena de morte, endurecimento, etc.)
 8. () Criação de uma Guarda Nacional
 9. () Políticas de inteligência
 10. () Políticas de proteção à testemunhas
 11. () Produção de estatísticas
 12. () Legislação (aprovação, alteração)
 13. () Apuração de denúncias
 14. () Comissão Parlamentar de Inquérito
 15. () Políticas sociais
 16. () Outras: _____
 17. () Não foi possível verificar (NFPI)

VI - Forças de segurança (marcar apenas quando I.4 for marcado)

A. Qual a principal força de segurança mencionada? (permite apenas uma marcação)

1. () Forças armadas (Exército, Marinha, Aeronáutica)
 2. () Polícia Federal (inclui a rodoviária)
 3. () Polícia Militar (inclui a rodoviária)
 4. () Polícia Civil
 5. () Guarda Municipal
 6. () Não foi possível verificar (NFPI)

B. Qual a principal temática mencionada? (permite apenas uma marcação)

1. () Utilização das Forças Armadas no combate à violência urbana
 2. () Aumento de contingente
 3. () Questões salariais
 4. () Greve
 5. () Disciplina interna
 6. () Punição
 7. () Corregedoria
 8. () Ouvidoria
 9. () Inteligência policial
 10. () Compra de equipamentos
 11. () Treinamento/qualificação
 12. () Polícia comunitária
 13. () Processo de admissão
 14. () Tratamento de policiais envolvidos em ações letais
 15. () Serviço militar obrigatório
 16. () Bico
 17. () Ação policial
 18. () Crime (ou denúncia de) cometido pelas forças
 19. () Crime (ou denúncia de) cometido contra as forças
 20. () Outros: _____
 21. () Não foi possível identificar

C. Ação policial (marcar apenas se VI.B.17 for marcado) (permite apenas uma marcação):

1. () Apreensão de drogas
 2. () Apreensão de armas
 3. () Apreensão de dinheiro
 4. () Apreensão objetos roubados
 5. () Blitz
 6. () Confronto/troca de tiros
 7. () Morte de suspeito/bandido
 8. () Operações de busca
 9. () Prisão de suspeito(s)
 10. () Outro: _____
 11. () NFPI

D. Crime (ou denúncia de) cometido pelas forças (marcar apenas se VI.B.18 for marcado) (permite apenas uma marcação):

1. () Homicídio
 2. () Lesão corporal/ maus tratos
 3. () Envolvimento com o tráfico
 4. () Corrupção
 5. () Desvio de armamentos
 6. () Negligência
 7. () Tortura
 8. () Outro _____

5. () Humilhação

10. () NFPI

E. Crime (ou denúncia de) cometido contra as forças (marcar apenas se VI.B.19 for marcado) (permite apenas uma marcação):

1. () Morte de policial em serviço

4. () Roubo de armamentos/equipamentos

2. () Morte de policial fora de serviço

5. () Outro _____

3. () Atentado/invasão contra instalações da polícia, exército e outras forças

6. () NFPI

VII - Sistema Penitenciário (marcar apenas se 1,5 for marcada)

A. A discussão sobre sistema penitenciário foi sobre (permite apenas uma marcação):

1. () Apreensão de drogas/armas

12. () Maus tratos contra agentes

2. () Atuação do crime organizado

13. () Maus tratos contra detentos

3. () Condições penitenciárias (segurança, equipamentos)

14. () Rebelião com mortos

15. () Rebelião com feridos

4. () Fundo penitenciário nacional

16. () Superlotação

5. () Construção de novos presídios

17. () Direitos dos presos (visitas, visita íntima, etc.)

6. () Bloqueio de celulares

18. () Restrição de direitos

7. () Trabalho para remissão de pena

19. () Destino de presos conhecidos (Ex. Beira-mar)

8. () Atividades dos presos no sistema

20. () Questões especiais dos presídios femininos

9. () Corrupção/prevaricação

21. () Outros _____

10. () Fuga

22. () NFPI

11. () Greve da categoria

VIII - Justiça/Ministério Público (marcar apenas se 1.6 ou 1.7 forem marcados):

A. A discussão sobre justiça e/ou ministério público é principalmente sobre (permite apenas uma marcação):

1. () eficiência

7. () aplicação de penas alternativas

2. () ineficiência

8. () Prisão decretada

3. () sistema de funcionamento

9. () Apreensão

4. () integrantes do sistema de justiça

10. () Bens apreendidos

5. () importância para a redução/aumento da violência

11. () Pedido de quebra de sigilo

12. () Outros _____

6. () atribuições investigativas do MP

13. () NFPI

IX - Sociedade civil (marcar apenas quando 1.10 for assinalado)

A. A discussão sobre sociedade civil é principalmente sobre (permite apenas uma marcação):

1. () Desarmamento

5. () Criação/mobilização de movimento/grupo

2. () Proposta legislativas

6. () Ação direta (ex. Pastoral Carcerária)

3. () Conscientização

7. () Outro: _____

4. () Impunidade

8. () NFPI

B. Formas de protesto/reivindicação:

1. () passeata

6. () declaração

2. () abaixo assinado

7. () outro _____

3. () anúncio

8. () NFPI

4. () ato

9. () Não se aplica

5. () reunião

C. Principal organização da sociedade civil mencionada:

1. () ONG _____

4. () Grupo não institucionalizado _____

2. () Igreja _____

3. () Universidade _____

5. () NFPI

D A Ação foi motivada/a por:

1. () crime
2. () campanha

3. () Outro: _____
4. () NFPI

X - Ato violento/crime (só marcar se I.1 for assinalada)

A. Vítimas, agressores e testemunhas identificados (*mencionar quantidade, se não houver deixar em branco*) (*permite mais de uma marcação*):

1. (X) Há uma ou mais vítimas descritas na matéria
2. (X) Há um (a) ou mais agressores (as) descritos (as) na matéria.
3. () Há uma ou mais testemunhas descritas na matéria.

B. Sexo das vítimas (*só marcar se X.A.1 for marcado*) (*permite mais de uma marcação*):

1. (X) Número de vítimas do sexo feminino
2. (X) Número de vítimas do sexo masculino
3. () NFPI

C. Sexo dos agressores (*só marcar se X.A.2 for marcado*) (*permite mais de uma marcação*):

1. () Número de agressores do sexo feminino
2. (X) Número de agressores do sexo masculino
3. () NFPI

D. Faixa Etária das vítimas (*só marcar se X.A.1 for marcado*) (*permite mais de uma marcação*):

- | | |
|-------------------|---|
| 1. () 0-11 | Para os que não se mencionada a idade exata |
| 2. () 12-17 | 7. () Crianças |
| 3. () 18-25 | 8. () Adolescentes |
| 4. (X) 26-39 | 9. () Menores |
| 5. () 40-59 | 10. () Jovens |
| 6. () 60 ou mais | 11. () Adultos |
| | 12. () Velhos/idosos |
| | 13. (X) NFPI |

D2. Faixa Etária dos agressores (*só marcar se X.A.2 for marcado*) (*permite mais de uma marcação*):

- | | |
|-------------------|---|
| 1. () 0-11 | Para os que não se mencionada a idade exata |
| 2. (X) 12-17 | 7. () Crianças |
| 3. () 18-25 | 8. () Adolescentes |
| 4. () 26-39 | 9. () Menores |
| 5. () 40-59 | 10. () Jovens |
| 6. () 60 ou mais | 11. () Adultos |
| | 12. () Velhos/idosos |
| | 13. () NFPI |

E. Há menção EXPLÍCITA à vítimas de classe social baixa (*palavras como favela, pobreza, carente, periferia, conjunto habitacional*)? (*só marcar se X.A.1 for marcado*)

1. () sim 2. (X) não

F. Há menção EXPLÍCITA à vítimas de classe social média (classe média)? (*só marcar se X.A.1 for marcado*)

1. () sim 2. (X) não

G. Há menção EXPLÍCITA à vítimas de classe social alta (classe alta, ricos, prédio de luxo)? (*só marcar se X.A.1 for marcado*)

1. () sim 2. (X) não

13. () Segurança privada

26. () NFPI

Q. Houve menção à opção sexual da vítima: (só marcar se X.A.1 for marcado)

1. () sim

2. (X) não

R. Houve menção à opção sexual do agressor: (só marcar se X.A.2 for marcado)

1. () sim

2. (X) não

S. Tipo de violência cometido/recebido (só marcar se X.A for marcado) (permite apenas uma marcação):

- | | |
|-----------------------------|---|
| 1. () homicídio | 19. () extorsão |
| 2. () chacina (3 ou mais) | 20. () drogas (porte e uso) |
| 3. () lesão com morte | 21. () drogas (tráfico) |
| 4. () estupro com morte | 22. () estelionato |
| 5. () encontro cadáver | 23. () contrabando |
| 6. () bala perdida | 24. () armas (porte, posse) |
| 7. () suicídio | 25. () armas (tráfico) |
| 8. (X) lesão corporal | 26. () lavagem de dinheiro |
| 9. () lesão corporal (PAF) | 27. () danos a patrimônio público/vandalismo |
| 10. () violência sexual | 28. () rapto |
| 11. () ameaça | 29. () hackerismo |
| 12. () ameaça com arma | 30. () negligência |
| 13. () roubo | 31. () exploração econômica |
| 14. () roubo com morte | 32. () discriminação (étnica, sexual, etc.) |
| 15. () furto | 33. () tortura |
| 16. () seqüestro | 34. () Outro _____ |
| 17. () seqüestro com morte | 35. () NFPI |
| 18. () seqüestro relâmpago | |

T. Local de concentração da violência (só marcar se X.A for marcado) (permite apenas uma marcação):

- | | |
|---|---|
| 1. (X) em casa/residência | 10. () instituições públicas de aprisionamento
(delegacia, presídios, etc.) _____ |
| 2. () na residência de outra pessoa | 11. () instituições públicas de cuidado (creche,
abrigo) |
| 3. () na escola | 12. () locais privados de proteção de valores
(bancos, carros fortes) |
| 4. () em boites/clubes noturnos | 13. () comércio, outras empresas |
| 5. () festas (carnaval, festa junina, etc.) | 14. () Outros _____ |
| 6. () bares | 15. () Não foi possível identificar |
| 7. () rua | |
| 8. () internet | |
| 9. () locais desertos (parques, matagais, etc) | |

U. Instrumentos/meios mencionados (só marcar se X.A for marcado) (permite apenas uma marcação):

- | | |
|---|---|
| 1. () uso de artes marciais (capoeira, taekwon-do, caratê etc) | 5. () envenenamento |
| 2. () uso de armas de fogo | 6. (X) Outros objetos ESPINGARDA DE CHUMBINHO
_____ (caco de vidro, chave de fenda) |
| 3. () uso de armas brancas | 7. () NFPI |
| 4. () violência corporal (chute, soco, etc.) | |

X. Uma ou mais vítimas são associadas ao uso de drogas? (só marcar se X.A.1 for marcado):

1. () sim

2. (X) não

W. Um ou mais agressores são associados ao uso de drogas? (só marcar se X.A.2 for marcado):

1. () sim

2. (X) não

Y. Principal droga presente na discussão. (só marcar se X.1 ou W.1 forem marcadas) (permite apenas uma marcação):

- | | |
|----------------|----------------------|
| 1. () Maconha | 7. () Crack |
| 2. () Álcool | 8. () LSD |
| 3. () Cocaína | 9. () Medicamentos |
| 4. () Cigarro | 10. () Outras _____ |
| 5. () Heroína | 11. () NFPI |
| 6. () Cola | |

Z. Quais dos seguintes momentos do processo da criminalidade é narrado pela matéria: (Só marcar se X.A for marcado) (permite apenas uma marcação):

- | | |
|---|--|
| 1. (X) Execução propriamente dita do ato violento | 4. () Julgamento |
| 2. () Prisão pela polícia dos ainda suspeitos/acusados | 5. () Absolvição |
| 3. () Investigação do crime | 6. () Passagem pelo sistema penitenciário |
| | 7. () Egressos do sistema penitenciário |
| | 8. () NFPI |

AB. A matéria faz descrições minuciosas do corpo da vítima e/ou da cena do crime e/ou do crime? (Só responder quando X.A for marcado)

- | | |
|------------|------------|
| 1. (X) sim | 2. () não |
|------------|------------|

AC. A matéria permite a identificação das vítimas? (Só responder quando X.A.1 for marcado)

- | | |
|------------|------------|
| 1. (X) sim | 2. () não |
|------------|------------|

AD. A matéria permite a identificação dos agressores (Só responder quando X.A.2 for marcado)

- | | |
|------------|------------|
| 1. () sim | 2. (X) não |
|------------|------------|

AF. No caso dos crimes envolvendo o patrimônio (marcar só quando S.13 a S.19 forem marcados, permite só uma marcação):

- | | |
|--|---------------------|
| 1. () Menciona valores ou o que foi roubado, furtado, quanto foi extorquido (mesmo que com o seqüestro) | 2. () Não menciona |
|--|---------------------|

XI - Questões gerais: válidas para todos os tipos de enquadramento:

A. Inclusão na pauta: como a matéria foi inserida na pauta da imprensa? (permite apenas uma marcação):

- | | |
|--|---|
| 1. () Anúncio oficial de novas medidas pelos diferentes níveis de governo. | 5. () Demandas e ações do terceiro setor |
| 2. () Anúncio do cumprimento de metas e objetivos por parte dos diferentes níveis de governo. | 6. () Demandas e ações do setor privado |
| 3. () Anúncio de estatísticas oficiais | 7. (X) Histórias individuais |
| 4. () Anúncio de ações das polícias | 8. () Seminários e eventos |
| | 9. () Repercussão de pesquisas |
| | 10. () Iniciativa da própria imprensa |
| | 11. () NFPI |

B. A matéria apresenta causas gerais para o problema da violência?

- | | |
|------------|------------|
| 1. () sim | 2. (X) não |
|------------|------------|

C. A matéria apresenta soluções gerais para o problema da violência?

- | | |
|------------|------------|
| 1. () sim | 2. (X) não |
|------------|------------|

D. A matéria apresenta conseqüências gerais para o problema da violência?

- | | |
|------------|------------|
| 1. (X) sim | 2. () não |
|------------|------------|

E. A matéria menciona alguma das seguintes palavras-chave:

- | | |
|-----------------------------|--------------------|
| 1. () pitboy; | 6. () facção; |
| 2. () sequestro-relâmpago; | 7. () traficante; |
| 3. () bala perdida; | 8. (X) menor |

4. () menino de rua; 9. () suspeito
5. () comando; 10. () Não apresenta

F. A matéria apresenta uma discussão de gênero:

1. () sim 2. (X) não

G. A matéria apresenta uma discussão de raça/etnia

1. () sim 2. (X) não

H. O texto sugere que a restrição de direitos dos criminosos e/ou endurecimento do tratamento para com eles pode ser uma saída para o problema da violência:

1. () sim 2. (X) não

I. O texto apresenta expressões que remetem a um potencial sentimento de medo da sociedade para com a situação da violência: horror, terror, apavorados, pânico?

1. () sim 2. (X) não

J. O texto sugere que alguns cidadãos estão mudando seus hábitos cotidianos por conta da violência?

1. () sim 2. (X) não

K. A matéria menciona a violência doméstica?

1. () sim 2. (X) não

L. A matéria dedica especial atenção a crianças e/ou adolescentes?

1. (X) sim 2. () não

M. A matéria apresenta serviços (números telefônicos, sites, como encontrar a polícia, como se distanciar da violência):

1. () sim 2. (X) não

N. Quais dos seguintes atores são mencionados, consultados, cobrados, responsabilizados, elogiados pela matéria (independentemente de serem fontes): *(permite mais de uma marcação)*

- | | |
|---|---|
| 1. () Poder executivo federal | 10. (X) Polícia civil |
| 2. () Poder executivo estadual | 11. () Polícia científica |
| 3. () Poder executivo municipal | 12. (X) Polícia militar |
| 4. () Poder legislativo (todas as esferas) | 13. () Polícia Federal |
| 5. () Poder judiciário | 14. () Forças Armadas |
| 6. () Ministério Público | 15. () Guarda Municipal |
| 7. () Defensoria Pública | 16. () Segurança privada |
| 8. () Conselhos tutelares e de direitos | 17. () Organizações da sociedade civil |
| 9. () Advogados | |

O. A matéria considera a violência um problema de saúde pública?

1. () sim 2. (X) não

P. A matéria deixa transparecer em algum momento a possibilidade que se faça justiça com as próprias mãos, sem criticar esta postura:

1. () sim 2. (X) não

Q. Legislação citada: Indique o principal diploma legal citado pela matéria (permite apenas uma marcação)

- | | |
|---|---|
| 1. () Constituição Federal | 6. () Outras leis _____ |
| 2. () Código Penal | 7. () Projetos de leis _____ |
| 3. () Estatuto da Criança e do Adolescente | 8. () Tratados e convenções internacionais |
| 4. () Estatuto do Desarmamento | 9. () Outros _____ |
| 5. () Lei de Execuções Penais | 10. (X) Não cita legislação. |

R. Estatísticas:

R1. Tema principal das estatísticas mencionadas (*permite apenas uma marcação*)

- | | |
|---|---|
| 1. () Criminalidade contra a pessoa | 7. () Sistema penitenciário |
| 2. () Criminalidade contra patrimônio | 8. () Racismo, mulheres, crianças e adolescentes |
| 3. () Dados sobre o sistema de justiça criminal (polícia, MP, Justiça) | 9. () Vários assuntos diferentes |
| 4. () Forças Armadas | 10. () Outro _____ |
| 5. () Gastos/Custos/Impactos econômicos | 11. () NFPI |
| 6. () Segurança privada | 12. (X) Não cita estatísticas |

R2. Os dados são centralmente sobre: (*não responder se R1.12 for marcado, permite apenas uma marcação*)

- | | |
|------------------------------|-----------------------|
| 1. () o bairro; | 5. () uma região; |
| 2. () uma região da cidade; | 6. () o país; |
| 3. () a cidade; | 7. () internacionais |
| 4. () o estado; | 8. () NFPI |

R3. A matéria compara os dados no tempo e/ou no espaço? (*não responder se R1.12 for marcado*)

- | | |
|------------|------------|
| 1. () sim | 2. () não |
|------------|------------|

R4. Origem principal dos dados: (*permite apenas uma marcação*) (*não responder se R1.12 for marcado*)

- | | |
|--|---|
| 1. () Universidade _____ | 6. () Órgãos internacionais/multilaterais |
| 2. () ONGs _____ | 7. () Estatísticas oficiais (IBGE, IPEA, Ministérios, PNAD, PME etc) |
| 3. () Órgãos oficiais/secretaria de segurança | 8. () Outros _____ |
| 4. () Polícias | 9. () NFPI |
| 5. () Empresas | |

S. Resultado (*não responder se R1.12 for marcado*)

- | | |
|---|----------------------------|
| 1. () Indica piora de índices anteriores | 3. () Indica estabilidade |
| 2. () Indica melhora de índices anteriores | 4. () NFPI |

BLOCO 2 – Classificação Jornalística

XII - Quanto ao tipo de matéria:

A. Informativa: 1. (X) reportagem 2. () notas

B. Opinião:

- | | |
|--------------------------|-----------------------------------|
| 1. () artigos assinados | 3. () notas de colunas assinadas |
| 2. () colunas | 4. () editoriais |

C. Entrevista:

- | | |
|----------------------------------|-----------------------------|
| 1. () Especialista _____ (nome) | 4. () Criminosos/Suspeitos |
| 2. () Policiais | 5. () Testemunha |
| 3. () Vítimas | 6. () Outros _____ |

XIII - Quanto ao tipo ou vínculo das fontes/entrevistados identificados explicitamente na matéria:

A. A principal fonte ouvida pela matéria foi: (*permite apenas uma marcação*)

1. () Executivo Federal _____ (nome do funcionário ou órgão)
2. () Executivo Estadual _____ (idem)
3. () Executivo Municipal _____ (idem)
4. (X) Judiciário JUIZ DE MENORES SIRO DARLAN (nome do juiz ou órgão)
5. () Ministério Público _____ (nome do promotor, procurador ou órgão)
6. () Legislativo Federal _____ (nome do dep., sen, comissão)
7. () Legislativo Estadual ou Distrital _____ (nome do dep.)
8. () Legislativo Municipal _____ (nome do vereador)
9. () Especialistas _____ (nome)

5. () Manchete no caderno
6. () Box
7. () Gráfico/quadro/mapa
8. () Não possui nenhum destes atributos

XVI - Selo/caso

A. O jornal criou um selo/chamada/slogan (permite apenas uma marcação) para:

1. () Identificar um caso de violência (ex. Caso Staheli, Atirador do Shopping)
2. () Identificar uma série de matérias (ex. Crack: a droga da violência)
3. (X) Não criou.

B. Citar _____

XVII. Quanto aos responsáveis pela matéria (indique como se identifica quem assina a matéria):

- | | |
|--|---|
| 1. () Reportagem local | 5. (X) Nome do repórter / redator / editor / colunista / articulista [neste caso, copie o nome aqui: CELSO BRITO] |
| 2. () Redação | |
| 3. () Sucursais | |
| 4. () Agência(s) de notícia(s)
[qual: _____] | 6. () Não foi possível identificar quem é o responsável pela matéria |